

**A FOTOGRAFIA EM CONTEXTO COLONIAL: TRATAMENTO
ARQUIVÍSTICO DA DOCUMENTAÇÃO FOTOGRÁFICA DA MISSÃO
ANTROPOLÓGICA E ETNOLÓGICA ENTRE 1946-1947**

Inês Moreira e Silva

**Relatório de Estágio de Mestrado em Ciências da Informação e da
Documentação - Área de Especialização em Arquivística**

Setembro, 2014

**A FOTOGRAFIA EM CONTEXTO COLONIAL: TRATAMENTO
ARQUIVÍSTICO DA DOCUMENTAÇÃO FOTOGRÁFICA DA
MISSÃO ANTROPOLÓGICA E ETNOLÓGICA ENTRE 1946-
1947**

Inês Moreira e Silva

**Relatório de Estágio de Mestrado em Ciências da
Informação e da Documentação - Área de Especialização
em Arquivística**

Setembro, 2014

Relatório de Estágio apresentado para cumprimento dos requisitos necessários
à obtenção do grau de Mestre em Ciências da Informação e da Documentação

– Arquivística realizado sob:

Orientação Científica:

Professora Doutora Maria de Lurdes Rosa

Co-Orientação:

Dr.^a Sónia Casquiço

Orientação Local:

Dr.^a Catarina Mateus

Dr.^a Manuela Portugal

AGRADECIMENTOS

Uma palavra de agradecimento à Professora Doutora Maria de Lurdes Rosa pelo apoio, motivação, atenção e disponibilidade que sempre demonstrou para comigo ao longo deste Mestrado que culminou neste Relatório de Estágio.

À Dr^a. Sónia Casquijo por se ter disponibilizado e aceite o meu pedido de orientação, bem como pelos conselhos e sugestões que me foi fornecendo ao longo da redacção deste Relatório.

À Dr^a. Catarina Mateus e à Dr^a. Manuela Portugal pela simpatia, paciência e disponibilidade que demonstraram para comigo durante o estágio realizado no Arquivo Histórico Ultramarino, que foram essenciais para a realização do mesmo bem como do Relatório que o representa.

RESUMO

A FOTOGRAFIA EM CONTEXTO COLONIAL: TRATAMENTO ARQUIVÍSTICO DA DOCUMENTAÇÃO FOTOGRÁFICA DA MISSÃO ANTROPOLÓGICA E ETNOLÓGICA DA GUINÉ ENTRE 1946-1947

INÊS MOREIRA E SILVA

O presente Relatório de Estágio é o resultado de um conjunto de actividades realizadas no Arquivo Histórico Ultramarino (AHU), que incidiram na documentação fotográfica produzida no âmbito da Missão Antropológica e Etnológica da Guiné, chefiada pelo Professor Amílcar de Magalhães Mateus, entre 1946 e 1947.

O tratamento arquivístico da referida documentação consistiu na identificação, organização, higienização, acondicionamento, descrição e digitalização, com vista a preservação e posterior disponibilização, bem como identificar o contexto de produção em que a mesma foi produzida e verificar o respeito pelos princípios da proveniência e da ordem original.

O presente trabalho pretende contribuir para o aprofundamento do conhecimento sobre o papel da fotografia como ferramenta para o conhecimento e trabalho científico, bem como a sua importância e estatuto no campo da arquivística.

PALAVRAS-CHAVE: Arquivística; Arquivos Fotográficos; Fotografia; Documento de Arquivo; Junta das Missões Geográficas e Investigações Coloniais; Colonialismo; Missões Antropológicas; Descrição de documentos fotográfico; Colecção; Fundo.

ABSTRACT

PHOTOGRAPHY IN COLONIAL CONTEXT: ARCHIVAL TREATMENT OF THE PHOTOGRAPHY DOCUMENTATION FROM THE ANTHROPOLOGICAL AND ETHNOLOGICAL MISSION OF GUINEA BETWEEN 1946-1947

INÊS MOREIRA E SILVA

This Training Report is the result of a set of activities undertaken in the Arquivo Histórico Ultramarino (AHU), which focused on photographic documentation produced within Missão Antropológica e Etnológica da Guiné, headed by Professor Amílcar de Magalhães Mateus, between 1946 and 1947.

The archival processing of this documentation consisted of identifying, organizing, cleaning, packaging, description and digitization, with a view to preserving and making available, as well as identify the context of production in which it was produced and verify the compliance with the principles of provenance and the original order.

The present work aims to contribute to a deeper understanding of the role of photography as a tool for knowledge and scientific work, as well as its importance and status in the field of archivist.

KEYWORDS: Archivist; Photographic archives; Photography; Archival document; Junta das Missões Geográficas e Investigações Coloniais; Colonialism; Anthropological missions; Description of photographic documents; Collection; Fonds.

ÍNDICE

Introdução	1
Capítulo 1 - Estágio	4
1.1. Enquadramento.....	4
1.2. A instituição de acolhimento: Arquivo Histórico Ultramarino	4
1.3. Objectivos.....	7
1.4. Metodologia.....	7
1.5. Plano de actividades	8
Capítulo 2 - Revisão da literatura	10
2.1. A fotografia enquanto documento científico	10
2.2. A fotografia enquanto documento de arquivo	14
2.3. A fotografia em contexto colonial.....	17
Capítulo 3 - O objecto de estudo: a documentação fotográfica produzida no âmbito da Missão Antropológica e Etnológica da Guiné em 1946-1947	21
3.1. A entidade produtora: Junta das Missões Geográficas e de Investigações Coloniais.	21
3.2. Contexto de produção da documentação fotográfica: as missões antropológicas.....	24
3.3. A(s) entidade(s) custodiais: do Instituto de Antropologia da Universidade do Porto até ao Arquivo Histórico Ultramarino	27
3.4. Identificação e organização da documentação fotográfica.....	29
3.4.1. Correspondência entre a documentação fotográfica e a documentação textual (fichas antropométricas)	32
3.5. Identificação, higienização e acondicionamento da documentação fotográfica.....	35
3.5.1. Negativos de nitrato de celulose: identificação, diagnóstico e tratamento	36

3.5.2. Provas em papel de revelação de gelatina: identificação, diagnóstico e tratamento	39
3.5.3. Cartões: identificação, diagnóstico e tratamento	40
3.6. Descrição da documentação fotográfica.....	41
3.7. Digitalização da documentação fotográfica	46
Capítulo 4 - Reflexões e sugestões	50
Conclusão	58
Bibliografia.....	61
Normas e orientações.....	71
Legislação	73
Apêndice I - Documentação textual	75
Apêndice II - Documentação fotográfica.....	76
Apêndice III - Correspondência entre a documentação fotográfica e a documentação textual (fichas antropométricas).....	78
Apêndice IV - Identificação, higienização e acondicionamento	79
Apêndice V - Descrição	87
Apêndice VI - Digitalização	93
Apêndice VII - Proposta de organização intelectual da documentação da MAEG.....	93

LISTA DE ABREVIATURAS

ACTD - Arquivo Científico Tropical Digital

AHU - Arquivo Histórico Ultramarino

IICT - Instituto de Investigação Científica e Tropical

ISAD(G) - International Standard of Archival Description (General)

JMGIC - Junta das Missões Geográficas e de Investigação Coloniais

JMC - Junta das Missões Coloniais

MAEG - Missão Antropológica e Etnológica da Guiné

ODA - Orientações para a Descrição Arquivística

UI - Unidade de instalação

SEPIADES - Safeguarding European Photographic Images for Access - Data Element Set

Photographs do not in themselves preserve meaning...

Meaning is the result of understanding functions.

John Berger

INTRODUÇÃO

No âmbito do Mestrado em Ciências da Informação e da Documentação, com área de especialização em Arquivística, leccionado na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, foi efectuado um estágio no Arquivo Histórico Ultramarino (AHU), organismo integrado no Instituto de Investigação Científica e Tropical (IICT).

O estágio efectuado incidiu exclusivamente sobre a documentação fotográfica produzida no âmbito da Missão Antropológica e Etnológica da Guiné (MAEG), de 1946 e 1947, chefiada pelo Professor Amílcar de Magalhães Mateus. Esta missão esteve então inserida no plano de ocupação científica, delineado pelo Estado Português, dos territórios coloniais. Neste sentido, a acção da Junta das Missões Geográficas e Investigações Coloniais (JMGIC), que assegurou a realização de várias missões entre elas a referida anteriormente, teve uma enorme importância e peso.

O principal objectivo deste estágio foi o tratamento arquivístico da referida documentação, a partir de um conjunto de actividades que consistiram na identificação, organização, higienização, acondicionamento, descrição e digitalização, com vista a preservação e posterior disponibilização, bem como identificar o contexto de produção de modo a obter conhecimentos sobre o contexto político, histórico, social e científico que norteou a criação e função desta documentação, bem como o princípio da proveniência e da ordem original.

Salienta-se que devido ao factor tempo, o tratamento foi direccionado para uma amostra, nomeadamente os primeiros trinta e cinco envelopes que armazenam as espécies fotográficas - negativos de nitrato e provas - capturadas, aquando do início da

1ª Campanha em 1946, no Arquipélagos dos Bijagós. Neste sentido, foram alvo de tratamento arquivístico 385 negativos e 368 provas correspondentes¹.

Ao considerar a fotografia enquanto documento de arquivo implica desde logo a sua aceitação no meio arquivístico. Esta integração é relativamente recente e deveu-se em grande parte ao advento das tecnologias da informação e da comunicação, nomeadamente à digitalização. Neste sentido, é crucial que os profissionais de informação estejam preparados com as competências necessárias para a leitura eficiente e eficaz de toda a informação, independentemente do seu suporte e formato.

Além destes aspectos, foi considerada a importância da identificação da documentação fotográfica enquanto colecção ou fundo e como esta influencia as restantes actividades, principalmente a descrição arquivística. Estas questões relacionam-se com o estatuto isolado que a fotografia ainda ocupa dentro da arquivística devido às suas especificidades físicas e intelectuais.

O presente relatório encontra-se dividido em três capítulos principais e as considerações finais resultantes do trabalho apresentado anteriormente. O capítulo 1 consiste na apresentação do estágio realizado no Arquivo Histórico Ultramarino (AHU), designadamente o seu enquadramento e uma breve apresentação da entidade custodial, os objectivos e metodologia adoptada durante o estágio e finalmente o plano de actividades que norteou a realização do mesmo.

O capítulo 2 consiste na exposição de autores e teorias que abordam a fotografia a partir de três vertentes: enquanto documento científico, enquanto documento de arquivo e produzida em contexto colonial. A noção de fotografia considerada como ferramenta na construção de conhecimento científico, atribuindo-lhe assim uma importância e valor é abordada, bem como enquanto documento de arquivo, estatuto este ainda recente pois a fotografia é ainda colocada em segundo plano em relação à tradicional documentação textual. Finalmente, a perspectiva da fotografia em contexto colonial aborda as funções que a mesma desempenhou no âmbito da construção dos

¹ O número de provas é inferior que o número de negativos pois durante o referido tratamento averiguou-se que nem todos os negativos possuíam provas correspondentes. Tal pode ser justificado pelo facto do negativo criado no acto do disparo da fotografia não apresentar a qualidade desejada, sendo que é possível corroborar tal hipótese por alguns escritos no livro de registos que acompanha as fotografias, onde é possível ler termos como *inutilizável* ou *ilegível* sobre alguns negativos. Outra hipótese é que as provas desaparecidas se terem perdido ao longo do tempo.

discursos imperialistas e como a mesma foi utilizada para justificar a presença europeia nas então colónias.

O capítulo 3, de índole mais prática, consiste na apresentação mais detalhada das actividades realizadas em torno da documentação fotográfica produzida durante a referida missão.

Finalmente são apresentadas as considerações finais resultantes do trabalho desenvolvido. Abordam-se aspectos considerados essenciais, entre os quais possíveis sugestões para aplicação posterior, resultados obtidos e perspectivas de trabalhos que poderão ser desenvolvidos de modo a colmatar e/ou melhor o trabalho realizado.

Assim, com este trabalho pretende-se enfatizar a importância que o tratamento arquivístico da documentação fotográfica produzida no âmbito da MAEG, bem como das restantes missões antropológicas², possui no que se refere à disponibilização de informação sobre o conhecimento científico praticado em território português.

²As outras sendo a de Moçambique, Angola e Timor.

CAPÍTULO 1 - ESTÁGIO

1.1. Enquadramento

No âmbito do Mestrado em Ciências da Informação e da Documentação, com área de especialização em Arquivística, leccionado na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, optou-se por efectuar a componente não lectiva referente a um estágio profissional e subsequente relatório, cuja duração pré-estabelecida foi de 120 horas.

Neste sentido, surgiu a oportunidade de realizar o estágio no Arquivo Histórico Ultramarino (AHU), organismo integrado no Instituto de Investigação Científica e Tropical (IICT)³.

1.2. A instituição de acolhimento: Arquivo Histórico Ultramarino

Criado a partir do Decreto n.º 19 868, de 9 de Junho de 1931, o AHU é um centro de actividade e de serviços disponibilizados ao público, sob a tutela do IICT, que por sua vez se encontra dependente da Presidência do Conselho de Ministros⁴.

Aquando da sua criação⁵, a instituição era então designada por Arquivo Histórico Colonial⁶ e tinha como objectivo reunir num só local físico e em boas condições de segurança e conservação a documentação colonial que se encontrava dispersa por vários locais.

Actualmente, a sua missão consiste em assegurar a preservação, tratamento, gestão, divulgação e disponibilização dos acervos arquivísticos e bibliográficos que

³De acordo com o Plano de Actividades do IICT de 28 de Fevereiro de 2012, o Instituto é um “Laboratório do Estado” que presta apoio científico e técnico à cooperação com países de regiões tropicais, ao mesmo tempo que desenvolve investigação interdisciplinar, aumentando assim a capacitação em ciência e tecnologia nos países - alvo e promovendo o acesso ao seu património histórico e científico.

⁴O Decreto-Lei n.º 86-A/2011, de 12 de Julho, extinguiu o Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior do qual o IICT dependia, para passar a integrá-lo na Presidência do Conselho de Ministros. Contudo, a sua organização não sofreu alterações desde a definida pelo Decreto-Lei n.º 155/2007, de 27 de Abril e pela Portaria n.º 553/2007, de 30 de Abril do mesmo ano.

⁵Quando foi criado, o AHU estava sob dependência directa do Ministério das Colónias (MC).

⁶A sua designação passou a ser Arquivo Histórico Ultramarino no seguimento da Portaria n.º 13 625, de 26 de Dezembro de 1951.

custodia, nomeadamente os referentes às áreas de conhecimento associadas às regiões tropicais.

O seu acervo está organizado em três fundos principais: o *Conselho Ultramarino*, a *Secretaria de Estado da Marinha e Ultramar* e o *Ministério do Ultramar* (Godinho, 2011), complementados ainda por um fundo bibliográfico, com mais de 50 000 volumes de livros e publicações em série, bem como de dissertações de mestrado e doutoramento sob temas relacionados com o AHU.

Levando em consideração o supracitado, e de acordo com o Plano de Actividades de 2012 do IICT, as actividades do AHU centram-se em três temáticas principais: a comunicação e difusão do seu acervo e actividades associadas, o tratamento documental do seu acervo arquivístico e bibliográfico, e a conservação, preservação e transferência de suportes.

A comunicação e difusão do acervo arquivístico e bibliográfico advêm das respostas aos pedidos de pesquisa e informação por parte de entidades, públicas ou privadas, principalmente provenientes ou associadas aos países da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP). Normalmente estes pedidos têm várias finalidades como a investigação, difusão, prova, conhecimento de tomada de decisões ou para efeitos de soberania.

É de mencionar os poucos recursos tecnológicos existentes no AHU, que de alguma forma acabam por dificultar a comunicação e difusão da documentação custodiada. Contudo, salienta-se o Repositório *Arquivo Científico Tropical Digital* (ACTD)⁷, ferramenta de acesso ao acervo disponibilizado *online* do IICT, e as colaborações e parcerias entre o AHU e o Centro de Actividades de Preservação e Acesso e o Centro de História que resultam na realização de iniciativas culturais e educativas que se destinam ao público em geral. Além destas parcerias, salienta-se a importância dos projectos resultantes da colaboração com outras instituições⁸ e

⁷ Disponível em <http://actd.iict.pt/>. Uma vez que o trabalho realizado no âmbito deste estágio esteve em contacto directo com a base de dados que está associado ao referido Repositório, o mesmo vai ser aprofundado posteriormente, nomeadamente no capítulo 3 deste relatório.

⁸ Entre estas destacam-se a Direcção-Geral de Arquivos (DGARQ), o Conselho Internacional de Arquivos (ICA) e a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), enquanto Secretariado do Fórum dos Arquivos de Língua Portuguesa (FALP) e membro activo da Comissão Luso-Brasileira para a Salvaguarda e Difusão do Património Documental (COLUSO) desta última.

universidades, cujo contributo é substancial no que se refere ao trabalho realizado no AHU.

O tratamento arquivístico, e tudo o que este engloba, do acervo custodiado é uma das principais funções do AHU. O seu objectivo prende-se entre intensificar o tratamento e aprofundar o conhecimento do acervo de modo a melhorar o acesso ao mesmo. Referente a esta actividade, salienta-se novamente a importância da criação e aprovação de projectos, em parceria com outras instituições, financiados externamente.

Em termos de conservação, preservação e transferência de suportes, estas tarefas são levadas com a maior seriedade e dedicação. Neste sentido, o AHU aposta na realização de acções de preservação e conservação material e transferência de suportes. Quando consideradas necessárias, intervenções de restauro são realizadas com o propósito de salvaguardar o documento em questão. Importa salientar que a transferência de suportes pode ser mais lenta devido às restrições financeiras e humanas que afectam esta instituição.

Assim um dos principais objectivos do AHU é alcançar uma visibilidade que lhe permita ser reconhecido como instituição de interesse e utilidade, nomeadamente do acervo que custodia e dos serviços que oferece aos investigadores portugueses e estrangeiros, aos cidadãos e aos referidos parceiros (Canas, 2007).

Salienta-se que as funções supracitadas parecem estar agora enquadradas num novo quadro de objectivos. Os campos de acção do AHU são individuais ou em parceria com outras instituições e assentam na cooperação, representação, capacitação e investigação/preservação, sendo que os objectivos principais são dois: reforçar o conhecimento e produção científica sobre as regiões tropicais e garantir a satisfação dos utilizadores.

Conclui-se que apesar das evidentes dificuldades financeiras e tecnológicas que afectam o AHU, as actividades a que se propõe são executadas de forma a responder às necessidades e exigências dos utilizadores. Neste sentido, as competências profissionais resultantes da interacção com outras instituições e universidades, bem como a colaboração e parceria em projectos que passem pelo aumento do acesso e disponibilização do acervo custodiado apresentam-se como essenciais na prossecução das actividades acima mencionadas.

1.3. Objectivos

O estágio efectuado incidiu exclusivamente sobre a documentação fotográfica produzida no âmbito da Missão Antropológica e Etnológica da Guiné (MAEG), de 1946 e 1947, chefiada pelo Professor Amílcar de Magalhães Mateus, cujo financiamento foi assegurado pela Junta das Missões Geográficas e Investigações Coloniais (JMGIC).

O principal objectivo foi o tratamento arquivístico da referida documentação, nomeadamente a identificação, organização, higienização, acondicionamento, descrição e digitalização da mesma. Neste ponto, importa referir que a problemática apresentada neste relatório vai incidir maioritariamente na actividade da descrição arquivística, sendo as restantes consideradas como complementares.

Neste sentido, pesquisar e compreender o contexto de produção desta documentação fotográfica afigurou-se como essencial, pois foi possível obter conhecimentos sobre o contexto político, histórico, social e científico que norteou a criação e função desta documentação e subsequentemente permitiu apreender um conjunto de informações fulcrais para o melhor entendimento das restantes actividades realizadas. A observação e reflexão sobre a lógica da organização física da referida documentação também foram aspectos tidos em conta, de modo a averiguar se o princípio da ordem original estava ou não contemplado.

Além da vertente prática supracitada, pretendeu-se ainda efectuar uma reflexão sobre a fotografia enquanto documento científico e ferramenta para a produção de conhecimento científico, nomeadamente em contexto colonial, e o estatuto da mesma enquanto documento de arquivo tão importante quanto a tradicional documentação textual.

1.4. Metodologia

A metodologia seguida no âmbito deste trabalho teve início com a realização de pesquisas e leituras exploratórias com o objectivo de aprofundar conhecimentos relativamente aos arquivos coloniais e arquivos fotográficos, no que respeita à fotografia inserida num contexto colonial, bem como a temáticas relacionadas com a

descrição arquivística de documentação fotográfica. Importante salientar que esta etapa foi uma constante durante e após a conclusão do estágio.

Além das fontes consultadas, refere-se ainda a pesquisa e leitura de bibliografia referente à JMGIC, uma vez que esta entidade foi a produtora da documentação alvo do trabalho aqui apresentado, bem como sobre o contexto político, social e histórico, aquando da realização da MAEG, nomeadamente no que se relaciona com a importância das Missões Antropológicas na construção do conhecimento científico durante o regime do Estado Novo.

De modo a complementar as leituras supracitadas e com o objectivo de adquirir uma visão mais aprofundada e geral da documentação em questão, foi efectuada a leitura de documentação textual associada às fotografias, nomeadamente os dois relatórios referentes à primeira e segunda campanha da MAEG, bem como os relatórios elaborados pelo próprio Amílcar Mateus nos anos posteriores à mesma.

Paralelamente foram ainda alvo de leituras os documentos normativos e orientações para a descrição arquivística da fotografia, entre os quais as ISAD(G), as ODA, o SEPIADES e o Guia de Fundos e Coleções Fotográficas 07, de modo a comparar os campos propostos pelas mesmas com os campos contemplados e preenchidos durante a realização do estágio.

Além do já referido, o recurso à Web também contribuiu para adquirir importantes conhecimentos, no que se refere à legislação que norteou as instituições e a MAEG, bem como mapas do território guineense, nomeadamente os que apresentam o Arquipélago dos Bijagós visto ter sido este o destino por excelência da primeira campanha, cuja documentação fotográfica tratada reflecte o percurso adoptado pela missão.

1.5. Plano de actividades

Como referido anteriormente, o estágio teve a duração de 120 horas, tendo início no dia 10 de Março de 2014 e findo a 04 de Abril do mesmo ano. Contudo, de modo a aprofundar as actividades realizadas durante este período, considerou-se essencial efectuar ainda uma correspondência entre a documentação fotográfica e a documentação

textual que dizem respeito à MAEG⁹. O plano de actividades apresentado seguidamente contempla apenas as actividades realizadas durante as 120 horas obrigatórias.

Actividades	1ª Semana	2ª Semana	3ª Semana	4ª Semana
Leitura integral dos relatórios da MAEG	X			X
Pesquisa e leitura de bibliografia	X	X	X	X
Higienização e acondicionamento	X	X		
Recolha de dados numa ficha de registo	X	X		
Descrição e inserção dos dados na base de dados		X	X	
Digitalização			X	X

⁹Esta última actividade foi realizada num período posterior às 120 horas, consistindo no trabalho de dois dias por semana, que assentou na correspondência entre os cartões da MAEG (documentação fotográfica) e as fichas antropométricas (documentação textual) de cada indivíduo observado durante a missão.

CAPÍTULO 2 - REVISÃO DA LITERATURA

2.1. A fotografia enquanto documento científico

Desde a sua criação em 1839 e posterior anúncio a partir da Academia das Ciências de Paris, que a fotografia tem vindo a ser utilizada por várias áreas com diferentes propósitos. Porém, remetendo aos seus primórdios, é possível afirmar que dois destes campos se destacam, cuja convivência tem tanto de pacífica quanto de polémica, sendo estes o campo artístico e estético¹⁰ e o campo documental e científico (Lara Lopez, 2014).

Aquando do século XIX, o objectivo primordial que remetia para o uso da técnica fotográfica era a captação da realidade tal como esta se mostrava, tendo este fenómeno tido grandes repercussões na sociedade de então. Por esta altura eram várias as personalidades do campo científico, entre as quais François Arago ou Samuel Morse, que defendiam a(s) descoberta(s) de Joseph Niépce e Louis Daguerre e reconheciam as diversas dimensões e possibilidades que a técnica fotográfica permitia obter (Benjamin, 1992; Sougez, 2001 e Casquijo, 2014). Charles Baudelaire, crítico e opositor em relação à fotografia, também destacou e reconheceu o seu valor documental e de registo ao afirmar que a mesma devia regressar ao seu verdadeiro dever que consistia em servir as ciências, ao mesmo tempo que enriquecia os álbuns dos viajantes (Sougez, 2001 e Valle Gastaminza, 2005).

Paralelamente ao seu uso e progressiva evolução, a fotografia e subseqüentes técnicas foram-se democratizando e tornaram-se cada vez mais comuns (Casquijo, 2014) e parte integrante do quotidiano das pessoas. Lee Fontanella (cit. por Lara Lopez, 2005), afirma que a popularização e democratização da fotografia se deveu em grande parte a intenções mais utilitárias do que propriamente artísticas, conferindo-lhe um valor documental desde a sua criação.

¹⁰ Alguns teóricos eram contra a ligação entre a arte e documento (Sánchez - Vigil, 2006). Refere-se Walker Evans, que considerava o documento como algo útil, enquanto a arte era inútil, sendo possível que esta última adoptasse características do primeiro, e Andreas Feininger considerava que a fotografia documental incidia principalmente em temáticas, actos e acontecimentos, enquanto a fotografia artística se focava na captação da essência das coisas e subseqüente interpretação.

Segundo Nunes (2005)¹¹, a fotografia passou de uma forma de captar a realidade, para um instrumento e objecto associado à prática científica. Foi também a partir do século XIX que se levantou a questão da funcionalidade científica da fotografia, enquanto instrumento científico ao serviço de viajantes - fotógrafos, etnógrafos e antropólogos¹².

As missões científicas realizadas na segunda metade do século XIX, foram também um importante motor para a utilização da fotografia enquanto documento e prática científica, pois era através de si que os indivíduos documentavam o que existia nos locais longínquos que visitavam¹³. Além destas missões, a fotografia enquanto instrumento da polícia para a captura e registo contribui também para a fomentação do seu estatuto enquanto documento probatório¹⁴. Tendo em conta a utilização científica e de evidência da técnica fotográfica, a observação e registo andavam de mão dada, possibilitando assim o controlo e produção de conhecimento científico e institucional.

Em 1851, a fotografia era já considerada como fonte de informação e ferramenta essencial no auxílio das investigações científicas (Casquiço, 2014)¹⁵, bem como uma prática científica e prova documental. É também nesta altura que se começa a debater sobre a forma como esta pode ou não influenciar a maneira como os indivíduos olham para o mundo que os rodeia, e surge a actividade de coleccionismo. A prática de produzir e acumular fotografias, em ambiente institucional, desenvolveu-se ao mesmo tempo que a emergência do valor de evidência e prova associado aos registos

¹¹No seu artigo, Nunes refere a importância que a fotografia teve no século XIX e no século XX, nomeadamente por via das actividades e trabalhos de investigação realizados na Academia de Ciências e no âmbito das comemorações de 1940, sob o impulso de Augusto da Silva Carvalho, que então organizou um número temático sobre a fotografia em Portugal, uma vez que a "A máquina fotográfica vê mais que os nossos olhos." (Carvalho cit. por Nunes, 2005, 174).

¹²A fotografia "(...) serviu como discurso de legitimidade científica para divulgar novos mundos, para criar taxinomias antropológicas e etnográficas." (Nunes, 2005, 170).

¹³Segundo Lara López (2014), nos anos 20, a fotografia era já utilizada como ferramenta que auxiliava o registo das descobertas arqueológicas, consequentes das escavações espanholas realizadas.. Meneses (2003) também evidencia a relação entre fotografia e as ciências biológicas e médicas, durante o século XIX, nomeadamente a antropometria, cuja preocupação principal era registar e definir os "tipos humanos" e respectiva distribuição espacial

¹⁴De acordo com Burke (2008), o departamento policial de Nova Iorque criou e utilizou, durante a década de 50 do século XIX, um sistema designado por *Rogue's Gallery* que permitia a identificação e reconhecimento, por via do retrato fotográfico, de criminosos e suspeitos. Anterior ao sistema americano, destaca o método da polícia francesa que também incluía retratos nas fichas individuais e pessoais dos suspeitos e criminosos.

¹⁵Casquiço ilustra esta ideia com o caso concreto da secção fotográfica da Direcção-Geral de Trabalhos Geodésicos, Topográficos, Hidrográficos e Geológicos do Reino Português que, entre 1869 e 1879, já havia produzido mais de 14 000 fotografias, o que evidencia o recurso à mesma enquanto documento e registo, sendo uma ferramenta de apoio para os trabalhos realizados por este órgão institucional.

fotográficos.¹⁶ Em inícios do século XX, a fotografia era então vista, em Portugal, como instrumento de trabalho, associada a prática científica, que a tornava numa prova documental que suportava e complementava outros procedimentos (Nunes, 2005).

Devido à sua rapidez, exactidão e reprodutibilidade, suscitou a ideia de que a fotografia é um reflexo e/ou representação exacta da realidade. Mello (2013), afirma que esta concepção fez com que o carácter aparentemente objectivo da fotografia fosse fundamentado, sendo compreendida como o processo mais fiel e imparcial na representação do real, sendo uma espécie de *certificado de presença* (Barthes, 1980, [2010], 98). Contrapondo-se a esta ideia está Burke (2008) que enfatiza que a vertente realista está de facto associado à técnica fotográfica, porém a mesma não constitui uma reflexão sobre a realidade, bem como Sánchez Vigil (2006) que enfatiza a selecção que o acto de fotografar implica, sugerindo que a realidade captura e apresentada nas fotografias é aquela escolhida pelo autor e/ou fotógrafo.

Contudo, a ideia de reflexo do real não significou necessariamente que a fotografia fosse entendida como documento tão válido quando as tradicionais fontes escritas, pois tal como Burke (2008) e Mello (2013) sugerem são poucos os investigadores que utilizam a fotografia enquanto documento válido por si, remetendo-a para um estatuto de mera ilustração de um texto ou publicação, sem prestando atenção às conexões que as mesmas apresentam com os momentos nos quais foram criadas¹⁷.

Neste sentido, Valle Gastaminza (2005) propõe analisar a relação entre fotografia e realidade a partir de três modos: o modo simbólico, que assenta na forma como a imagem é utilizada para fins simbólico, mágicos e/ou religiosos; modo epistémico, que considera a imagem como foco de informações, tratando-se de uma função mediadora de conhecimento¹⁸; por último, o modo estético com propósito de transmitir e proporcionar, por via da imagem, sensações e emoções específicas ao espectador/observador.

¹⁶Recorrendo ao trabalho de John Tagg, Mello (2013) afirma a associação entre evidência e fotografia, na segunda metade do século XIX, se deve em parte à emergência de novas instituições e práticas de observação e acumulação, cujas áreas utilizam a imagem mediante as suas necessidades específicas.

¹⁷Apesar da persistência desta atitude, Burke (2008) salienta que ao longo dos tempos existiram excepções, nomeadamente o sociológico Gilberto Freyre que evidenciou o valor probatório da fotografia nos anos 30, bem como o historiador Raphael Samuel e os seus contemporâneos que reconheceram o valor probatório e comprovativo da fotografia para a história social referente ao século XIX.

¹⁸Este modo e respectiva função mediadora de conhecimento é particularmente importante na fotografia documental e na fotografia científica (Valle Gastaminza, 2005).

Manini (2002) e Sánchez Vigil (2006) consideram que a definição de documento, sendo este a concretização de toda a informação registada, independentemente do seu suporte, passível de transmitir mensagens e conhecimento, é inerente à fotografia não fazendo qualquer sentido a separação entre estes dois conceitos. Assim, Sánchez Vigil (2006) define documentação fotográfica como "documento ou conjunto de documentos cujo suporte é a fotografia em qualquer dos seus aspectos técnicos.", cujo valor documental remete para a captura de um facto ou acontecimento e subsequente transmissão da informação e conhecimento patentes na imagem fotográfica.

Esta acepção vai ao encontro de Casquiço (2014) quando a autora afirma que a fotografia possui de facto valor documental "(...) a partir do momento em que ilustra um determinado acontecimento, facto ou objecto", que são seleccionados e capturados pelo autor e/ou fotógrafo, sendo o resultado final o documento fotográfico em si. Tendo em conta a definição de documento referida anteriormente, então o documento fotográfico assenta na representação da informação a partir de um suporte fotográfico (analógico ou digital).

Enquanto documento, a fotografia está inserida num processo documental informacional que implica um emissor, meio de transmissão e uma audiência e/ou utilizador, não se esgotando numa técnica ou objecto artístico, mas antes um registo visual de algo ou alguém que ocorreu num determinado espaço e tempo, inserido num contexto sociopolítico, que condiciona a sua criação (Sánchez Vigil, 2006 e Lara Lopez, 2014). Assim e de acordo com Ángel Yáñez¹⁹ e Valle Gastaminza (2002), a *fotografia documental* é aquela criada por autoridades, acções ou acontecimentos, com a intenção de documento, cujo objectivo é presenciar e informar sobre aquilo que representa de forma objectiva²⁰.

Porém, Sánchez Vigil (2001) e Valle Gastaminza (2005) alertam que apesar do documento fotográfico ser portador de mensagens ou informações, não significa que as mesmas sejam claras e directas o que significa que a interpretação da audiência pode

¹⁹ Autor referido por Valle Gastaminza (2002), Yáñez define *documentalismo fotográfico* ou *photodocumentalismo* como uma "(...) qualidade de algo passado, objectivamente registado e mostrado ao espectador, num suporte fotográfico, e que encerra potencialidades para testemunhar, instruir e informar sobre algo."

²⁰ É neste factor de objectividade associado ao documento fotográfico que se inserem as fotografias de documentação profissional e científica para diversas áreas, nomeadamente a antropologia e a fotografia institucional ao serviço de empresas e/ou organismos.

variar de acordo com o seu conhecimento, formação, experiências e ideologias. Neste sentido, importa salientar que o significado que habita o documento fotográfico não reside exclusivamente na sua natureza técnica (objecto físico) e na sua mensagem enquanto imagem visual (conteúdo informacional), mas também nos elementos presentes aquando da sua criação e respectivo significado e na forma como este foi moldado, difundido e compreendido (Schwartz, 2004).

Ainda recorrendo a Schwartz (2004), o entendimento da fotografia enquanto documento deve passar obrigatoriamente pela consciencialização da mutabilidade do significado da imagem fotográfica e proceder a uma reconstrução que permita recuperar os contextos de criação, circulação e visualização que estiveram na origem do documento fotográfico.

2.2. A fotografia enquanto documento de arquivo

Como referido anteriormente, a fotografia enquanto documento não foi uma perspectiva consensual, uma vez que o seu valor documental não foi entendido e reconhecido por diversos profissionais (Sánchez Vigil, 2006). Aquando da sua criação e posterior difusão, a fotografia não foi logo adoptada como recurso para a produção de documentos administrativos, o que deu origem a um descompasso entre a sua difusão e a sua incorporação nas práticas administrativas provocando uma valorização do registo fotográfico enquanto imagem, em detrimento da sua função enquanto documento.

Neste sentido, Vicente (2013) refere que a desvalorização da fotografia acarretou consequências no que se refere ao espaço que esta ocupa no dito *arquivo português*, tendo a mesma sido remetida para uma posição secundária e até negligenciada em relação aos documentos textuais. Segundo Edwards e Hart (2004), esta desvalorização deve-se em parte à multiplicidade de histórias e significados que podem estar associados às fotografias. Estas são entendidas como objectos que circulam e atravessam diversos espaços, cujo contexto não se esgota do seu cenário informacional.

Schwartz (2002) sugere que a fotografia ainda é mais rapidamente reconhecida como histórica do que arquivística, e que esta marginalização está presente na própria terminologia utilizada pela arquivística, nomeadamente os termos *material não textual*, *material gráfico* ou *material especial* que evidencia os desafios e dificuldades que a

arquivística tem sentido no que se refere à forma de se dirigir e tratar os documentos fotográficos²¹.

Considerando o advento e domínio da imagem na(s) sociedade(s) actuais, as principais preocupações referentes à fotografia focam-se maioritariamente nos aspectos físicos²², porém a atenção dos arquivistas deve focar ainda os assuntos intelectuais associados à mesma (Kaplan; Mifflin, 1996).

Ainda assim, o reconhecimento do estatuto da fotografia enquanto documento de arquivo é relativamente recente²³. A frequente ausência de documentação textual, nomeadamente legendas e/ou inscrições²⁴, associada à fotografia é um dos principais aspectos que dificulta a sua legitimidade enquanto documento de arquivo. A possibilidade de articular documentação fotográfica com documentação textual é um importante contributo na promoção da descodificação e subsequente interpretação do(s) possíveis significados da fotografia (Palma, 2012).

Considera-se que a fotografia é um documento que deve ser conservado, armazenado, preservado e acedido, cujo objecto que se situa na frente da câmara passa a fazer parte de um sistema de organização de conhecimento e informação, que pode e deve armazenado e classificado a partir de uma série de atributos²⁵ (Valle Gastaminza, 2005)

Tradicionalmente, a fotografia é classificada e descrita mediante informações recolhidas a partir da imagem em si, que funciona como referencial, em detrimento da sua contextualização documental. Além desta acção ser ambígua, acarreta o real risco de

²¹Para tal, Schwartz (2002) refere alguns dos aspectos que podem estar na origem desta postura, nomeadamente a escassez de recursos humanos e técnicos; falta de formação especializada; desconhecimento das técnicas e suportes inerentes à fotografia; e iliteracia visual que afecta os próprios arquivistas.

²²Por aspectos técnicos entendem-se as técnicas de preservação, métodos e equipamentos para a digitalização e as funcionalidades tecnológicas para aplicações multimédia.

²³O valor documental da fotografia é aceite no meio arquivístico, sendo este reconhecimento recente e tendo sido impulsionado, em grande parte, pelo advento da digitalização que de certa forma veio fomentar o interesse que as instituições arquivísticas possuíam em relação à sua documentação fotográfica.

²⁴A legenda tem um papel preponderante no tratamento arquivístico pois permite conectar a fotografia com o que a mesma representa e indica o contexto em que foi produzida, servindo como uma espécie de marco de referência (Valle Gastaminza, 1993)

²⁵Valle Gastaminza (2005) enumera os atributos materiais (suporte físico e subsequente estado de conservação); atributos de origem ou biográficos (autor, instituição, publicação ou exposição); atributos temáticos ou de conteúdo (assunto retratado pela fotografia); por último os atributos relacionais (documentos fotográficos que se relacionam entre si e com outros documentos que auxiliam na compreensão da fotografias).

perda de contexto, elemento crucial no âmbito do tratamento arquivístico, bem como o seu valor probatório e posterior acesso são gravemente comprometidos (Lopez, 2007).

Quando retiradas do seu contexto, a fotografia torna-se vulnerável a diversas interpretações e significados. Assim, torna-se urgente deslocar a atenção do conteúdo para o contexto de produção do documento fotográfico, contribuindo desta forma para uma nova abordagem sobre o valor documental e probatório do mesmo.

Tendo em conta o supracitado, é possível fazer uma ligação com a definição de documento de arquivo proposta por Maria Isabel Faria e Maria da Graça Pericão, sendo este todo o "documento de qualquer natureza ou sobre qualquer suporte material que uma pessoa, entidade ou organismo criou ou recebeu e conservou em virtude das suas funções ou das suas actividades, para assegurar a prova de um facto ou acção, ou a título de informação." (2008, 409).

Então fotografia enquanto documento de arquivo é definida pela intenção da sua criação, com objectivo e função determinadas, de modo a transmitir uma mensagem, ao mesmo tempo que mantém ligação com o(s) seu(s) produtor(es). Somente quando associada ao seu contexto funcional é que a fotografia é considerada documento de arquivo, bem como o seu valor de evidência deve estar ancorado ao momento de criação, função, propósito e utilização. Segundo Schwartz (1995), a fotografia enquanto documento de arquivo é o produto e/ou resultado de acções e transacções, cuja compreensão depende do retorno ao momento em que são criadas.

Promover o conhecimento sobre o contexto de produção da fotografia, ao mesmo tempo que existe a possibilidade de possíveis interpretações da mesma (Pavezi; Flores; Perez, 2009), faz com que a descrição deste tipo de documento não seja tão linear quanto a dos restantes documentos. Porém, tendo em conta o volume e proliferação de documentação fotográfica, principalmente em ambiente institucional e organizacional, Lacerda (2012) evidencia a transformação que tal pode produzir na área arquivística, que Cook (1997) corrobora ao enaltecer a importância e urgência de reconhecer e articular estas mudanças que afectam a natureza e a criação de registos, bem como as tendências culturais, legais, tecnológicas e sociais observadas na sociedade que têm impacto na teoria e prática arquivística.

2.3. A fotografia em contexto colonial

Como referido anteriormente, desde a sua criação e difusão, no século XIX, que a fotografia foi uma ferramenta central na produção e promoção de uma nova forma de conhecimento e de comunicação. Paralelamente ao advento da fotografia, estava também a hegemonia colonial que acabou por adoptar esta técnica de modo a atingir os seus objectivos, através da criação e monitorização de relações hierárquicas²⁶, cujas origens remontam ao período colonial²⁷ (Barradas, 2009).

Esta conjuntura deu origem à relação que se estabeleceu entre o colonialismo e a fotografia, que pode ser encarada a partir de dois aspectos (Vicente, 2013):

- Fotografia que contribuiu para a formação e manutenção da cultura colonial;
- Fotografia enquanto objecto histórico do arquivo colonial.

As fotografias serviram como ferramentas que operavam no controlo da delimitação das pessoas e espaços geográficos, ao mesmo tempo que serviam propósitos ideológicos e simbólicos e criavam imagens que tornavam o desconhecido observável. Porém, é necessário ter consciência que estas fotografias não assentavam em intenções inofensivas, pelo contrário a forma de representação e selecção das fotografias que circulavam resultavam de decisões individuais e estabelecidas, contribuindo deste modo para uma grande diversidade de interpretações (Landau, 2002).

É neste sentido que se criaram múltiplas *coleções fotográficas*²⁸ referentes aos então territórios coloniais que ambicionavam enquadrar o exótico e longínquo de modo a esta estar disponível visualmente aos habitantes das metrópoles (Carvalho, 2004). A fotografia em contexto colonial não deve ser limitada à relação e articulação entre conhecimento e poder e/ou ideologia, pois tratou-se de uma realidade demasiado complexa, com múltiplas vertentes, em que os próprios espaços geográficos, diferentes

²⁶ Estas relações podem ser de carácter social, religioso, cultural, de género, entre outros aspectos.

²⁷ O período colonial encontrou fundamento na "'produção do Ocidente como forma de conhecimento hegemónico [que] exigiu a criação de um Outro, disponível para ser usado e apropriado" (Santos, cit. por Barradas, 2009, 67). Esta criação foi possível através do poder simbólico inerente à fotografia que reproduziu as relações de dominação e subordinação entre o colonizador e o colonizado, ao mesmo tempo que perpetuava o referido conhecimento e discurso hegemónico, maioritariamente Ocidental (Landau, 2002 e Barradas, 2009).

²⁸ Segundo Landau (2002) as actividades de recolha e colecção visual advém, em parte, dos propósitos comerciais observados no final século XIX.

entre si, influenciaram e implicavam uma adaptação no modo como a técnica fotográfica era utilizada.

A fotografia teve vários usos e sentidos durante o período colonial, sendo por isso impossível oferecer uma definição única e fixa sobre o papel que a mesma teve neste período. São várias e complexas as leituras sobre as dinâmicas da fotografia, onde o poder era o elemento central, porém os seus efeitos e funções não eram resultado exclusivo do mesmo, mas sim de um ponto de vista mais complexo. Além de instrumentos de disciplina e controlo político, as fotografias também constituíam espaços de histórias, intenções e intersecções (Edwards, 2011).

Neste sentido, Vicente (2013) distingue três usos: fotografia ao serviço da propaganda; fotografia para a produção de conhecimento²⁹; e fotografia apropriada pelos locais como forma de resistência na criação e fomentação de identidades nacionais.

Dentro desta temática são várias as abordagens que apresentam as várias realidades existentes então, porém um dos assuntos que mais atenção tem captado é o da representação das mulheres nas fotografias criadas neste contexto. Segundo Vicente (2013), este *tipo* de fotografia tende a estar associado às imagens representativas do homem e mulher anónimos, mais próximos possível do então designado por "primitivo" que alimentava o imaginário e fantasias europeias³⁰, ao mesmo tempo que justificava a presença colonial e subseqüentes políticas coloniais. Neste sentido, quando mais distante um indivíduo surgisse aos olhos do europeu, mais verdadeiro e autêntico era, independentemente das circunstâncias que nortearam a captura das imagens (Landau, 2002).

Outra articulação que teve e ainda tem grande impacto é a estabelecida entre as fotografias e as exposições realizadas durante o período colonial. Neste sentido, as fotografias funcionavam como instrumentos de propagação da visão coloniais, ao mesmo tempo que permitia a exibição dos espaços coloniais, pessoas, objectos e costumes.

²⁹Tendo em conta a entidade produtora, bem como o contexto de produção que deu origem à documentação fotográfica alvo deste trabalho, considera-se que a mesma se insere neste uso e subsequente função.

³⁰Haney (2010) refere os autores Okwui Enwezor e Octavio Zaya quando estes afirmam que a fotografia foi um dos, senão o principal instrumento na criação das várias ficções visuais, que povoavam a mente dos europeus, sobre o continente africano.

A fotografia surge então como uma forma de justificar a acção colonizadora e de construir a memória da mesma (Carvalho, 2004). No contexto colonial, as fotografias formam um conjunto de representações visuais sobre as actividades coloniais e apresentam as populações nativas e seus territórios ao olhar ocidental. Este tipo de fotografia é, segundo Carvalho (2004) designado de "etnográfica", pois visa ilustrar e expor aspectos referentes às actividades produtivas, familiares e lúdicas, bem como ao vestuário das populações rurais locais.

Quando aplicada às ciências sociais e humanas, particularmente à antropologia³¹, a fotografia tornou-se um meio de documentar e registar as diferentes realidades sociais, ao mesmo tempo que possibilitava a construção, reprodução e destruição de preconceitos (Barradas, 2009). Segundo Haney (2010), a expansão colonial estava muito associada a estudos e/ou inquéritos antropológicos, mapas e documentos fotográficos, cujo objectivo era definir e classificar a natureza física e origem dos indivíduos locais, bem como os seus costumes³². Também Landau (2002) evidencia este aspecto ao corroborar a vertente científica da fotografia na representação dos *tipos humanos*, bem como nas medições do corpo humano.

Segundo Haney (2010), grande parte da fotografia criada em contexto colonial, nomeadamente no continente africano, está associada aos arquivos coloniais. Este espólio abrange desde postais até estudos antropométricos, tendo sido recolhido por viajantes, exploradores, cientistas, fotógrafos, missionários e administradores que trabalhavam para e de acordo com os espaços coloniais. No seguimento desta concepção, Edwards (2013) afirma que as fotografias, no legado colonial, constituem a ligação entre histórias e o referido período pois apresentam realidades de dominação, assimetrias e aspirações, mas que normalmente são entendidas enquanto objecto que documento e fornece contexto a outros, e não como pontos de acesso que fornecem relações complexas merecedoras de atenção.

Assim, para estudar este tipo de fotografia é necessário possuir uma perspectiva multidisciplinar de modo a cobrir os diversos contextos de produção e divulgação que

³¹ Segundo Edwards (2011), desde o final do século XIX que a fotografia tem vindo a contribuir para a construção e/ou produção e divulgação do conhecimento antropológico.

³² Uma das primeiras tentativas neste sentido foram as iniciativas etnográficas, em meados do século XIX, chefiadas por George Grey, que fotografavam os nativos, cujos *portrai types* eram os indivíduos virados de frente e perfil para a câmara, contra um cenário, acompanhado por uma legenda com o nome, local de origem e ocupação. Outro exemplo da tentativa de recolha de fotografias antropométricas, no Império Britânico, foi iniciada por Thomas Henry Huxley em 1896. Porém, este projecto ficou incompleto (Haney, 2010).

promoveram a criação da fotografia em contexto colonial (Vicente, 2013) e levar em consideração que os arquivos coloniais, tal como Stoler (2002) refere podem e devem ser considerados como locais de produção de conhecimento, pois os seus documentos reflectem acontecimentos que ocorreram aquando da sua criação, bem como a semântica cultural do momento político em questão.

CAPÍTULO 3 - O OBJECTO DE ESTUDO: A DOCUMENTAÇÃO FOTOGRÁFICA PRODUZIDA NO ÂMBITO DA MISSÃO ANTROPOLÓGICA E ETNOLÓGICA DA GUINÉ EM 1946-1947

3.1. A entidade produtora: Junta das Missões Geográficas e de Investigações Coloniais

A Junta das Missões Geográficas e de Investigações Coloniais (JMGIC) foi criada em 1936, pelo Decreto n.º 26 180 de 07 de Janeiro, no seguimento de uma remodelação estrutural na administração do Ministério das Colónias (MC). Tratava-se de um "órgão de investigação, coordenação e de consulta, destinado ao estudo dos problemas relacionados com a geografia política e ao prosseguimento de um plano metódico de investigação científica nas colónias" (Decreto n.º 26 180, 1936, 33) sob a tutela directa do MC, cujo primeiro presidente foi o Almirante Carlos Gago Coutinho.

Além de absorver as responsabilidades da extinta CC³³, a qual veio substituir, possuía ainda outras competências, nomeadamente orientar e promover os trabalhos de investigação científica colonial, elaborando o respectivo programa para as diferentes colónias e recorrendo a bases científicas já organizadas na metrópole; organizar, de acordo com o referido programa, missões científicas às colónias, dotando-as de membros e material necessários; recolher e conservar o material científico recolhido pelas missões e destinando-lhe o tratamento mais apropriado; e orientar, promover e subsidiar, na metrópole, os trabalhos de gabinetes e respectivas publicações.

A criação deste órgão veio responder às denúncias do campo académico, sobre o atraso científico das então colónias portuguesas, ao mesmo tempo que defendia e exigia um investimento na *ciência colonial*, por parte do Estado. Durante este período a ciência era apresentada como instrumento crucial para uma colonização bem sucedida, ao mesmo tempo que se reflectia, discutia e idealizava a investigação científica

³³A CC surge no seguimento do Diário do Governo n.º 39, de 19 de Fevereiro de 1876, que criou, junto do Ministério dos Negócios da Marinha e Ultramar, uma comissão responsável pela recolha, ordenação e aproveitamento, em prol da ciência e da nação, de todos os documentos que podiam contribuir para o esclarecimento da geografia, história etnológica, arqueologia, antropologia e ciências naturais referentes ao território português, incluindo os territórios ultramarinos. Assim, a CC foi instituída por Decreto de 19 de Abril de 1883, cujo principal interesse e objectivo era promover a publicação de cartas e notícias geográficas onde eram disponibilizados os resultados das investigações científicas levadas a cabo pela nação portuguesa (Rodrigues, 2007).

enquanto parte inseparável do desenvolvimento e afirmação de Portugal, quer a nível nacional, quer a nível internacional (Martins, 2010 e Castelo, 2012).

Veio ainda responder à necessidade de ampliar o esforço do reconhecimento geográfico dos territórios ultramarinos, e subsequentes fronteiras, a novos trabalhos que fomentassem a ocupação científica, no campo da geologia, botânica, zoologia, antropologia e etnografia³⁴, pois "Quem tem colónias tem de ocupá-las, e hoje, um dos primeiros elementos desta ocupação é a ocupação científica"³⁵. Neste sentido, foram realizados diversos trabalhos³⁶, destacando-se os estudos dentro da antropologia física pois através destes era possível estabelecer as características somáticas e as possibilidades psico-físicas das diferentes comunidades locais, bem como os associados à antropologia económica, social e legal que eram vistos como ferramentas auxiliares à administração e controlo das populações indígenas. Além destes factores, Martins (2010) refere a vontade de consolidar e enraizar, junto da população, "a ideia de Império Português enquanto uma só nação (pluricontinental), um sentido transversal e contínuo no agendamento político." (Martins, 2010, 29).

Em 1941 foram então lançadas as bases do Plano de Ocupação Científica do Ultramar, apresentado pelo então Presidente da JMGIC José Bacelar Bebiano. Este "frisava o imperativo de prover novo e decisivo ciclo de actuação no Ultramar, (...) dando início à colonização intensiva (...)" (Martins, 2010, 29).

Em 1945, a JMGIC foi alvo de uma reorganização, impulsionada pelo então Ministro das Colónias, Marcelo Caetano, pois mostrou-se insuficiente para as exigências de então além da necessidade e importância crescente da investigação científica nos territórios ultramarinos. Neste sentido, foi publicado o Decreto-Lei n.º 35 395³⁷, a 26 de Dezembro, que tornou a Junta num "organismo aberto, de ilimitado número de membros, destinados ao estudo e discussão académicos dos problemas

³⁴ Apesar da vontade de aprofundar conhecimentos em diversas áreas, segundo Castelo (2012), até meados dos anos 40, a JMGIC continuava vocacionada maioritariamente para a cartografia terrestre e marítima das colónias.

³⁵ Afirmação que remete ao jornal O Século (1880-1977), nº 16999 que saiu a 05 de Julho de 1929, referido por Martins (2010) no seu texto (Re)conhecer para ocupar. Ocupar para (re)conhecer. A colonização científica do além-mar.

³⁶ Algumas das missões orientadas pela JMGIC foram a missão hidrográfica de Angola (1936), missão antropológica de Moçambique (1936), missão botânica a Angola (1937), missão geográfica de Timor (1937), missão antropológica, etnológica e arqueológica de Moçambique (1937), missão geográfica de Angola (1941) e missão botânica de Moçambique (1942).

³⁷ Foi também a partir deste Decreto-Lei que a Junta passou a ser designada pela sua abreviatura, Junta de Investigações Coloniais, ainda sob a dependência directa do MC.

científicos coloniais." (DL, 1945, 1198) a partir do qual dependiam as missões nos territórios ultramarinos, bem como os institutos ou centros especializados na metrópole.

Estas novas políticas e subsequente reorganização deste organismo deveu-se, de acordo com Castelo (2012), à necessidade do Estado Português em repensar o seu modelo de ocupação científica no que se referia aos seus territórios além-mar³⁸, tendo ainda em conta o seu sentimento de vulnerabilidade face aos interesses e ambições das outras potências colonizadoras.

Deste modo, esperava-se que a investigação e ocupação científica portuguesa recebesse um novo impulso que lhe permitisse contribuir, de melhor forma, para os progressos da técnica e política colonial, sendo portanto responsável pela orientação dos estudos direccionados para o conhecimento sobre homem e da natureza. Proponha-se ainda exercer uma política de investigação, por parte do MC, via JMGIC, com o objectivo de melhorar as condições económicas e físicas da vida dos indígenas e dos colonos, explorar de forma mais eficiente os recursos coloniais e contribuir para uma melhor no conhecimento sobre o mundo em geral.

No que se refere às suas competências propriamente ditas, mantiveram-se as mesmas, destacando-se neste período a responsabilidade de estabelecer relações com organismos estrangeiros, de modo a coordenar esforços e cooperação e assegurar a representação portuguesa nos congressos e encontros internacionais; estudar os assuntos relacionados com a geologia, biologia, antropologia, etnologia, geografia e geodesia e promover a organização de centros universitários de estudos e cursos temporários de modo a divulgar os resultados da investigação científica realizada³⁹.

Salienta-se que os seus vogais representavam várias áreas do conhecimento, provenientes das universidades de Lisboa, Porto e Coimbra e ainda no Ministério da Marinha. Como tal, as escolhas dos chefes das missões e respectivos adjuntos podia recair sobre os membros da JMGIC, mas também sobre funcionários ou cientistas que usufríssem já de um certo mérito e reputação. A partir destes aspectos é possível perceber a articulação que existia entre a Junta e o sistema universitário nacional (Castelo, 2012), que assentava num conjunto de interesses assegurados pelas

³⁸Castelo (2012) enfatiza a acção da Sociedade das Nações e respectivas orientações no que se referia à responsabilidade das potências europeias em desenvolver os seus territórios e povos locais.

³⁹No seu artigo, Castelo refere a integração da Junta em agrupamentos científicos, laboratórios e núcleo de investigação, sediados em instituições de ensino superior e de investigação em Lisboa.

instituições em questão⁴⁰. É também por esta altura que a Junta regista o maior número de organismos criados, de colaboradores, de trabalhos publicados, na diversidade de áreas e actividades científicas desenvolvidas⁴¹.

No âmbito da reorganização de 1945, paralela ao final da Segunda Guerra Mundial, Portugal é confrontado com ideais de independência em relação aos territórios além-mar que ocupa, bem como com o desenvolvimento e estabelecimento do processo de emancipação dos mesmos. Esta fase está relacionada com a sentida necessidade e urgência de sustentar, a partir de bases científicas, as políticas coloniais para o ultramar.

É no seguimento desta reorganização que as missões antropológicas recebem um forte impulso e começam a ser organizadas e realizadas nos territórios ultramarinos, nomeadamente a Missão Antropológica e Etnológica da Guiné (1946-1947), cujo contexto de produção vai ser apresentado no ponto seguinte.

3.2. Contexto de produção da documentação fotográfica: as missões antropológicas

Desde o século XIX que se registam explorações científicas aos territórios africanos. No início do século XX, tendo em conta a necessidade da consolidação dos impérios coloniais, as missões começaram a adoptar características mais específicas e abrangiam um conhecimento que se pretendia mais científico sobre os territórios ultramarinos e respectivos povos de modo a implementar, eficazmente, o processo de colonização (Roque e Marques, 2010).

No âmbito da referida *ocupação científica*, a antropologia foi uma das áreas mais debatidas e aprofundadas. Para tal contribuíram vários factores, nomeadamente a 1ª Exposição Colonial Portuguesa, no Porto em 1934⁴². Esta exposição deu origem a uma ligação entre os universitários do Porto e o Estado, no que se refere à criação de

⁴⁰ Esta relação entre a JMGIC e as universidades, principalmente a do Porto vai ser mais aprofundada no ponto referente ao contexto de produção da documentação fotográfica produzida no âmbito da Missão Antropológica e Etnológica da Guiné.

⁴¹ De acordo com os números apresentados por Castelo (2012), entre 1946 e 1971 foram criados mais de 61 organismos, 5 comissões, 16 centros, 26 missões, 11 brigadas e o Museu de Etnologia do Ultramar, em Lisboa.

⁴² Nesta exposição foi possível efectuar e assistir à realização de observações antropométricas com indivíduos provenientes dos então territórios estudados, o que contribuiu para o aumento considerável da importância e atenção que a antropológica biológica recebeu.

uma "investigação científica colonial" dos povos africanos. No topo desta associação estava António Mendes Correia, figura incontornável na antropologia e arqueologia portuguesa, seguido de seus alunos destacando-se Joaquim Pires de Lima, Joaquim dos Santos Júnior e Amílcar Mateus. Estes faziam parte da então designada "Escola do Porto" que marcou a orientação do pensamento antropológico português da primeira metade do século XX.

No contexto colonial, as primeiras acções de vulto ocorreram a partir de 1936, quando Francisco Vieira Machado, então Ministro das Colónias, estabeleceu o envio de missões antropológicas⁴³, aos territórios ultramarinos, com o objectivo de recolher e produzir conhecimento sobre os grupos étnicos locais, a partir de um ponto de vista biológico e étnico (Pereira, 2005).

Porém, somente a partir dos anos 40 é que as missões antropológicas começaram a ser realizadas mais frequentemente, no seguimento do plano de estudos antropológicos coloniais⁴⁴ elaborado por Mendes Correia, bem como o facto deste ter assumido o cargo de Presidente da JMCIC no mesmo ano⁴⁵.

Assim, foi publicado o Decreto-Lei nº. 34 478, de 03 de Abril de 1945 que estipulou a criação e envio das missões antropológicas, cujos principais objectivos eram: "o reconhecimento geral dos grupos étnicos de cada colónia, seus indivíduos, sua sistematização e definição das suas condições de vitalidade; O estudo das instituições tradicionais das populações indígenas e do seu direito consuetudinário." (DL, 1936, 222)⁴⁶.

No plano da *Ocupação Científica do Ultramar Português*, a Guiné é considerada a partir de uma perspectiva educativa, uma vez que as pesquisas neste território estavam

⁴³ A primeira missão antropológica a ser criada foi a Missão Antropológica de Moçambique (MAM), a partir do Decreto-Lei nº. 26 842, de 28 de Julho de 1936, em agregação à Missão Geográfica de Moçambique. A MAM foi chefiada por Joaquim Rodrigues dos Santos Júnior, membro da referida "Escola do Porto".

⁴⁴ Este plano visava pesquisas nos campos da antropologia, etnografia e arqueologia e pretendia considerar dois focos científicos: a ciência pura e a ciência aplicada. Correia estabeleceu então uma hierarquia de prioridade, sendo que a primeira era a antropologia física, seguida pelos estudos antropológicos sobre as capacidades psíquicas, hábitos e vocações dos nativos, a etnografia, considerada uma ciência auxiliar e finalmente a arqueologia (Poloni, 2011).

⁴⁵ Estas missões tinham como propósito responder à necessidade de interagir com o cenário científico nacional, ao mesmo tempo que compensavam o atraso científico português em relação às restantes potências europeias, além dos interesses nacionais relacionados com a manutenção dos territórios e aproveitamento dos seus recursos humanos (Poloni, 2011).

⁴⁶ Além dos objectivos, o Decreto-Lei estabelecia a organização, dependência, trabalhos e o pessoal que devia realizar as missões e respectivas campanhas.

então relacionadas com o(s) processo(s) de formação de novos técnicos para futuras missões científicas (Poloni, 2012). É sob este contexto que se realizou uma jornada científica preliminar à Guiné, orientada por Mendes Correia, sendo este acompanhado por Amílcar Mateus, onde foram definidos os objectivos⁴⁷ da futura Missão Antropológica e Etnológica da Guiné (MAEG).

A MAEG é então criada pela Portaria nº. 11 263, de 08 de Fevereiro de 1946, cujas competências eram a realização de investigações antropológicas, etnológicas e pré-históricas, de estudos psicotécnicos e experimentais, o estudo sobre as instituições tradicionais e direito consuetudinário e aproveitamento dos materiais recolhidos para posteriores trabalhos de gabinete. Definia ainda que a missão devia ser constituída por um chefe, por um ou mais adjuntos e ajudantes, pessoal dos quadros e serviços do território guineense que fosse entendido como necessário, bem como pelo pessoal europeu e indígena imprescindível.

Neste sentido, o chefe da MAEG, sob a orientação de Mendes Correia, foi Amílcar de Magalhães Mateus, seguido de um adjunto, Emília de Oliveira Mateus e um ajudante, António Marques de Almeida Júnior⁴⁸. Esta missão foi constituída por duas campanhas⁴⁹, sendo que a primeira durou 130 dias e incidiu exclusivamente no Arquipélago dos Bijagós⁵⁰.

De acordo com o Decreto-Lei e Portaria mencionados é possível perceber que por esta altura a antropologia estava então focada na classificação antropológica dos nativos, em função das suas características corporais e possibilidades psicofísicas⁵¹, porém também os elementos mais associados à etnologia, nomeadamente a recolha de imagens sobre eventos religiosos e de lazer, bem como informações sobre o

⁴⁷ O projecto desta missão previa observações em antropologia física, etnografia, caracteres psicológicos e psicofisiológicos, inquéritos sobre o estado sanitário, alimentação, condições económicas e morais e recolha de elementos linguísticos e vocabulários entre os nativos (Poloni, 2012).

⁴⁸ Eram todos funcionários da Universidade do Porto, associados às áreas da antropologia física, biologia e zoologia, sendo Mateus 1º assistente da Faculdade de Ciências do Porto, zoólogo dedicado à antropologia física; Emília Mateus era licenciada em Ciências Histórico-Naturais; Marques de Almeida Júnior um funcionário do Instituto de Antropologia do Porto (Mateus, 1951).

⁴⁹ Estava previsto serem realizadas a 3ª e 4ª Campanhas, entre 1947 e 1947, porém por falta de financiamento não foi possível executar as mesmas (Martins, 2014).

⁵⁰ Uma vez que o trabalho arquivístico realizados incidiu, exclusivamente, em documentação fotográfica criada durante a 1ª Campanha, somente esta é que vai ser alvo de aprofundamento.

⁵¹ Segundo Castelo (2012), o exercício classificatório, a partir dos levantamentos antropométricos, deveria fornecer elementos orientadores à política e à administração das populações indígenas, porém não há notícia da sua aplicação prática, tendo servido mais enquanto forma de avanço científico e exposição do mesmo em congressos e exposições internacionais, do que propriamente para aplicabilidade política, económica e /ou social.

vocabulário, vida social, alimentação, entre outros (Mateus, 1946) eram merecedores de atenção. Como tal, além da compilação dos elementos antropobiológicos, a MAEG possui ainda associados a rituais de passagem, bem como elementos de adorno, amuletos e peças ilustrativas.

No que se refere à utilização da fotografia na prática, uso e conhecimento científico em Portugal, Mendes Correia era um dos seus defensores, vendo a mesma enquanto instrumento científico ao serviço do desenvolvimento e da legitimação documental de várias áreas do conhecimento, nomeadamente da antropologia (Nunes, 2005).

Como tal, no âmbito da MAEG, a fotografia foi largamente utilizada como forma de registo e captura de aspectos quotidianos da missão, paisagens, usos, costumes, tradições, pinturas murais, religião entre outros aspectos dos grupos étnicos observados⁵². Além disso, segundo Vicente (2013), a fotografia, enquanto técnica utilizada pela antropologia física, sobretudo pela antropometria, foi muito importante para a difusão da ideia de raça, assente em bases científicas, sendo observável na documentação fotográfica em questão um grande número de fotografias, frente e verso, de indivíduos, cujo propósito era sua medição e classificação, sugerindo a subsequentemente a produção das referidas bases.

3.3. A(s) entidade(s) custodiais: do Instituto de Antropologia da Universidade do Porto até ao Arquivo Histórico

De acordo com o Decreto n.º. 26 180, de 07 de Janeiro de 1936, a JMGIC tinha a responsabilidade de orientar, promover e subsidiar, na metrópole, os trabalhos de gabinete e respectivas publicações a partir dos dados recolhidos no âmbito das suas missões científicas.

Neste sentido, aquando da sua chegada à capital portuguesa, em 24 de Agosto de 1946, os membros da missão permaneceram durante três meses nas instalações da JMGIC, até partirem novamente para a Guiné a 30 de Novembro de 1946. De acordo

⁵² Esta afirmação é corroborada pela constante menção da utilização da fotografia, no relatório referente à 1ª Campanha da MAEG redigido por Amílcar Mateus, no que se refere à recolha e captura de conhecimento através da mesma. Os exemplos são recorrentes: "após chegada à ilha de Canogo, foram observados e fotografados aspectos etnográficos." (Mateus, 1946).

com Amílcar Mateus e os relatórios posteriores a 1947, durante este período, foram realizados os referidos trabalhos de gabinete⁵³ a partir dos dados recolhidos junto dos locais guineenses. Assim, concluiu-se que entre a 1ª e 2ª Campanha, a documentação, nomeadamente a fotográfica criada até então permaneceram em Lisboa.

Porém, aquando do embarque a 30 de Maio de 1947 e posterior chegada a 09 de Junho do mesmo ano, Amílcar Mateus escreve no Relatório da Actividade da Missão Antropológica e Etnológica da Guiné durante o ano de 1948 que por decisão superior, a desejada 3ª Campanha não irá ser realizada e que por isso os seus membros voltaram para o Porto, onde foram conduzidos os trabalhos de gabinete. A documentação produzida no âmbito da missão foi então instalada no Instituto de Investigação Científica de Antropologia - Instituto de Antropologia⁵⁴, da Faculdade de Ciências do Porto.

Assim, tendo em conta estas informações concluiu-se que a documentação foi transferida da sede da JMGIC, em Lisboa, para o Instituto de Antropologia, no Porto, logo em 1948. No seguimento desta transferência, Mateus (1948) afirma que o propósito dos referidos trabalhos de gabinete, entre estes os cálculos de novos índices a partir das medições antropométricas, era a organização de uma publicação que abarcasse os assuntos abordados durante a missão à Guiné.

A partir de 1950, a missão passou a ser constituída por dois membros, o chefe e um ajudante, tendo sido interrompido o contrato com o adjunto do chefe cujas funções cessaram a 19 de Março desse ano. A actividade assentou na continuação dos trabalhos sobre estatística, impressões digitais, fichas psicotécnicas, caracteres descritivos e redacção de trabalhos científicos.

Durante o tempo que permaneceu no Instituto de Antropologia, do Porto, a documentação foi alvo de vários estudos e trabalhos, sob a orientação de Mendes Correia, por parte dos membros da missão que se deslocaram fisicamente ao território

⁵³ De acordo com o Relatório da actividade da Missão Antropológica e Etnológica da Guiné durante o ano de 1948, os trabalhos de gabinete realizados durante estes três meses foram cálculos efectuados sobre os grupos sanguíneos, índices de cabeça e índice de Pignet, preenchimento das fichas individuais e determinação dos segmentos dos membros, a partir das medições recolhidas junto dos indivíduos observados.

⁵⁴ Este Instituto foi fundado em 1923 tendo como principal ocupação os assuntos relacionados com a Antropologia Física. O Instituto era suportado pela disciplina de Antropologia enquanto subárea da Biologia da secção de História Natural, pelo Museu Antropológico e ainda pelo Laboratório Antropológico da Universidade do Porto (PEREIRA, 2005).

guineense, mas também por professores de *gabinete*. Entre estes destacam-se Leopoldina Paulo, Alfredo Athayde e Maria Helena Galhano⁵⁵.

A partir da monografia *Da Comissão de Cartographia (1883) ao Instituto de Investigação Científica Tropical: 100 anos de história*, de 1983, foi possível apurar que foi publicada uma Portaria⁵⁶ em 1962, cujo artigo ° 10 estipula que todos os materiais científicos, equipamento técnico, mobiliário e outros pertences das extintas missões antropológicas e etnológicas⁵⁷ da JMGIC deviam ser integrados no Centro de Antropobiologia da mesma, porém este acontecimento não teve qualquer impacto real na documentação.

Somente em 2007 é que a documentação produzida no âmbito desta missão é que retornou a Lisboa, tendo sido transferida para o ex - Centro de Pré-História e Arqueologia⁵⁸ do Instituto de Investigação Científica e Tropical (IICT), onde ficou até 2014, tendo sido transferido no início deste ano para as instalações do Arquivo Histórico Ultramarino, no seguimento da transferências da documentação produzida no âmbito das missões antropológicas de Moçambique e Timor.

3.4. Identificação e organização da documentação fotográfica

Na fase inicial do trabalho a realizar, foi crucial identificar a documentação constituinte da Missão Antropológica e Etnológica da Guiné (MAEG), bem como a

⁵⁵ A primeira era a 1ª assistente do Instituto de Antropologia do Porto e foi a responsável pelo estudo das impressões dermopapilares dos indivíduos observados; Athayde foi um naturalista, também do Instituto, que já havia colaborado com Mendes Correia na Exposição Colonial, no Porto, em 1934, e que prestou informações e apoio no âmbito dos trabalhos de gabinete; Galhano foi professora de zoologia e antropologia na Universidade do Porto e realizou estudos comparativos entre os indivíduos masculinos da Guiné, Angola e São Tomé.

⁵⁶ Portaria n.º 19 210, de 30 de Maio de 1962, que criou na JMGIC/JIU, em colaboração com o Instituto Superior de Estudos Ultramarinos, o Centro de Estudos de Antropobiologia, que veio substituir o então Centro de Estudos de Etnologia do Ultramar.

⁵⁷ As missões antropológicas e etnológicas a que esta Portaria se refere são as realizadas na Guiné e Moçambique, chefiadas por Amílcar Mateus e Joaquim Rodrigues dos Santos Júnior, respectivamente.

⁵⁸ O seu grande impulsionador foi Miguel Ramos, sendo este Centro o sucessor da Secção da Pré-História e Paleontologia do antigo Centro de Estudos de Antropobiologia. De acordo com o Decreto-Lei n.º 160/83, o Centro era uma unidade funcional, incorporada no Departamento de Ciências Históricas, Económicas e Sociológicas. As suas competências eram promover e realizar estudos no âmbito da pré-história, proto-história e da geologia do Quaternário; promover e realizar investigações arqueológicas sobre a arqueologia africana, oriental e americana e recolher, restaurar e conservar objectos e fósseis, entre outras.

organização que a mesma apresenta. Neste sentido, foram identificados dois tipos de documentação: documentação textual e documentação fotográfica⁵⁹.

Assim, a documentação produzida no âmbito da MAEG é constituída por quatro unidades de instalação (UI), que armazenam documentação textual⁶⁰, fichas bibliográficas⁶¹ dois relatórios, referentes à primeira e segunda campanhas, em 1946 e 1947 respectivamente, e mais quatro relatórios elaborados em 1948, 1949, 1950 e 1951 que dão conta das actividades dos membros da missão. Ainda referente à documentação textual, inclui ainda as fichas antropométricas armazenadas em pastas designadas pelo grupo étnico, localização geográfica e sexo feminino e/ou masculino⁶².

Numa primeira observação sobre estas UI sugeriu que a documentação aqui armazenada não apresenta uma organização lógica. Uma vez que o objecto de estudo deste relatório não é necessariamente a documentação textual produzida no âmbito desta missão, o subsequente tratamento da mesma não foi efectuado. Porém, considera-se que a sua análise detalhada e subsequente tratamento arquivístico devem ser tidas em consideração.

Além desta documentação, existe ainda documentação fotográfica, sendo esta o objecto de estudo deste relatório. Estas UI's estão, fisicamente, localizadas num depósito cuja documentação fotográfica ainda não foi alvo de tratamento⁶³.

Referente aos processos fotográficos encontrados nestas unidades de instalação, verificou-se a existência de negativos de película a preto e branco de nitrato, e provas em papel de revelação de gelatina e prata a preto e branco.

⁵⁹ Salienta-se que de acordo com as leituras efectuadas dos relatórios que descrevem as duas campanhas da MAEG, existe ainda documentação de carácter cinematográfico, porém até ao momento não foi possível apurar o paradeiro dos mesmos.

⁶⁰ Esta documentação está armazenada em quatro unidades de instalação, sendo que a primeira é constituída por mapas, despesas diárias da MAEG, cânones antropométricos e a toponímia das povoações existentes na circunscrição civil dos Bijagós; a segunda contém estudos sobre alguns caracteres métricos da cabeça dos Fulas, análises das características físicas dos grupos étnicos da Guiné Portuguesa, e os grupos sanguíneos dos grupos étnicos observados; a terceira inclui textos que apresentam a robustez de alguns grupos étnicos da então Guiné Portuguesa, e cânones antropométricos dos Fulas; e por último, a quarta contém rascunhos do trabalho "Contribuição para a antropologia da Guiné Portuguesa".

⁶¹ Encontram-se na segunda unidade de instalação e apresentam títulos bibliográficos sobre os grupos étnicos da Guiné Portuguesa. Estão ainda separadas por temas, entre os quais a alimentação, antropologia, pré-história, grupos sanguíneos e c. mongólicos.

⁶² Ver Apêndice 1 -figuras 1, 2 e 3 respectivamente.

⁶³ À medida que as espécies fotográficas são tratadas, ou seja identificadas, descritas e digitalizadas, são transferidas para outro depósito também este exclusivo para receber documentação fotográfico cujo tratamento já foi efectuado.

As espécies fotográficas estão armazenadas em quatro UI, sendo que a primeira contém cartões⁶⁴, onde são apresentadas duas provas de contacto⁶⁵ por cada cartão, e cuja organização reflecte uma perspectiva temática⁶⁶; a segunda é constituída exclusivamente por provas ampliadas inseridas em envelopes⁶⁷; a terceira contém provas ampliadas avulso, provas de contacto, negativos originais inseridos em envelopes⁶⁸, e dois pequenos livros de registos⁶⁹; e por último, a quarta compreende uma pasta de argolas, com provas ampliadas referente às duas campanhas, cujo carimbo remete para a Biblioteca do Instituto de Antropologia da Faculdade de Ciências do Porto.

Quanto à organização da documentação fotográfica acondicionada na UI 2, optou-se por averiguar se a mesma apresentava os princípios da proveniência e da ordem original, pois considera-se que estes dois factores são de extrema importância para uma disponibilização fiável da informação em questão. Após observação considerou-se que existe de facto uma organização original no que se refere aos envelopes dos negativos e das provas, nomeadamente os que estão acondicionados na UI 2 e UI 3 respectivamente, que apresentam uma ordem cronológica, de captura da fotografia, que corresponde ao trajecto geográfico efectuada pelos membros da missão.

No que se refere às provas ampliadas avulsas que estão acondicionadas na UI 2, a sua organização não apresentava qualquer lógica e por isso optou-se por um sistema de organização sequencial/cronológico, mediante o número rolo e da respectiva imagem que estavam inscritos no verso das provas, de modo a auxiliar a pesquisa e possível confirmação e/ou comparação das inscrições observadas nos versos das provas ampliadas que estava inseridas nos envelopes.

A lógica da organização e selecção das provas que constituem a pasta referente à UI 4 não foi conclusiva, pois tanto foram produzidas durante a primeira campanha,

⁶⁴ Ver Apêndice II - figura 4.

⁶⁵ A diferença entre provas de contacto e as provas ampliadas reside na forma como as mesmas são impressas. As primeiras são por via de contacto directo entre o negativo e um papel próprio para o efeito, cuja luz reflectida faz com que a imagem seja projectada do negativo para o papel. As provas ampliadas também recorrem à luz, porém não existe contacto directo entre o negativo e o papel para onde vai ser transferida a imagem. Outra forma de diferenciar as duas provas, é que a prova de contacto tem sempre as mesmas medidas que o próprio negativo, enquanto as provas de ampliação apresentam as dimensões desejadas pelo fotógrafo ou pessoa que imprime a imagem.

⁶⁶ A identificação e organização destes cartões vai ser aprofundada no ponto seguinte referente à correspondência efectuada entre a documentação fotográfica e a documentação textual.

⁶⁷ Ver Apêndice II - figura 5.

⁶⁸ Ver Apêndice II - figura 6.

⁶⁹ Ver Apêndice II - figura 7.

como de seguida surgem imagens que foram produzidas no âmbito da segunda campanha, como novamente aparecem provas que retratam actividades da primeira campanha. Este aspecto torna certa a rejeição da hipótese de uma organização cronológica. Sugere-se que a pasta podia então servir como "catálogo" cujo propósito era apresentar uma série de imagens que representassem o todo da documentação fotográfica, sem no entanto obedecer uma lógica rígida.

Assim as actividades abrangidas por este estágio incidiram nos negativos e nas suas respectivas provas. Tendo em conta o factor tempo e o facto de cada envelope conter entre 10 a 12 negativos⁷⁰, optou-se por tratar uma percentagem, em vez da totalidade da documentação fotográfica. Neste sentido, foram tratados os negativos e as provas produzidas até ao envelope do rolo 35⁷¹, sendo que o objectivo foi efectuar a correspondência entre o negativo e a sua prova ampliada⁷².

3.4.1. Correspondência entre a documentação fotográfica e a documentação textual (fichas antropométricas)

Conforme explicado anteriormente, a MAEG é constituída por dois tipos de documentação - fotográfica e textual. Efectuar uma articulação entre as duas mostrou ser crucial de modo a compreender a função e o propósito da documentação fotográfica em questão, além de tornar mais rica a informação disponibilizada ao público. Assim, esta correspondência foi possível através dos cartões armazenados na UI 1 e as fichas antropométricas⁷³.

Os cartões apresentam uma organização temática cuja divisão é assegurada por separadores que indicam o tema representado pelos mesmos. Entre os temas observados incluem-se: *tipos, adornos, indumentária, religião, vida na missão, habitação, pinturas murais, coreografia, paisagem, indústria e diversos*. Coloca-se a hipótese destes cartões terem sido criados num período posterior à data da MAEG, e que fizessem parte de uma

⁷⁰ Ver Apêndice II - figura 8.

⁷¹ Salienta-se que os negativos correspondentes ao rolo 1 não têm provas ampliadas, mas sim provas de contacto. Estas diferem-se das provas ampliadas por duas vias: pela forma como são reveladas/ impressas, e porque as dimensões de uma prova de contacto são sempre as mesmas que o seu próprio negativo, enquanto as provas ampliadas apresentam as dimensões pretendidas pelo fotógrafo ou pelas pessoas que a revelam.

⁷² Ver Apêndice II - figura 9.

⁷³ Ver Apêndice III - figura 10 e 11 respectivamente.

espécie de catálogo temático, cujo propósito era servir como ferramenta auxiliar de pesquisa.

As fichas antropométricas fazem parte da documentação textual produzida no âmbito da MAEG. Ao contrário dos negativos e das provas fotográficas, que apresentam uma organização mediante uma ordem cronológica que coincide com o percurso geográfico da missão, as pastas que abrigam as fichas antropométricas estão organizados por ordem alfabética de acordo com o grupo étnico⁷⁴ dos indivíduos observados. As próprias fichas estão ordenadas de acordo com o dia, mês, e ano de cada observação⁷⁵. Os dados recolhidos e apontados nas fichas são de natureza diversa, desde mensurações do tronco, membros e cabeça, a caracteres descritivos⁷⁶ e outras observações⁷⁷.

Uma vez que os referidos cartões estão associados a vários temas, importa realçar que a conexão entre as duas tipologias abrange exclusivamente os cartões que estão associados ao separador *tipos*, pois são os únicos que apresentam imagens dos indivíduos observados - frente e verso - e respectivo nome, sexo e grupo étnico.

Importa salientar que dentro de cada grupo étnico foram observadas duas pastas referentes ao sexo masculino, e somente uma referente ao sexo feminino, aspecto este que indica a predominância das observações feitas a homens em relação às realizadas entre as mulheres⁷⁸.

A conexão entre os cartões e as fichas antropométricas foi possível mediante o nome e o grupo étnico do(s) indivíduo(s) observado(s). Sem estas duas informações era impossível observar qualquer ligação entre a documentação em questão. Por exemplo, a partir do grupo étnico Felupe, e sexo masculino, foi possível limitar a pesquisa às duas pastas que lhe correspondem, seguida da tentativa de encontrar o nome inscrito no verso do cartão. É ainda possível, no caso de o nome ser o mesmo, averiguar se existe correspondência mediante a povoação, o posto administrativo e/ou a circunscrição. No

⁷⁴ Os grupos étnicos são os Baiotes, Biafadas, Bijagós, Futa-Fulas, Fulas-Pretos, Fulas-Forros, Felupes, Landumas, Mandigas, Sossos, Nalús e Papéis.

⁷⁵ Por exemplo, o homem felupe Geba foi observado a 07 de Maio de 1947, sendo possível saber quantos e quais indivíduos foram observados no mesmo dia.

⁷⁶ Entre estes incluem-se: pele, cabelos, olhos, orelhas, crânio, dentes, face, lábios e nariz.

⁷⁷ As observações mais comuns abrangiam aspectos como a identificação de tatuagens nos indivíduos observados.

⁷⁸ Após observação das pastas foi então possível concluir que a quantidade de fichas antropométricas, referente às mulheres, é consideravelmente mais baixa em relação ao número de fichas que correspondem a indivíduos do sexo masculino.

caso de dúvida, optou-se por colocar um sinal [?] de modo a informar que a correspondência efectuada não foi totalmente conclusiva.

Após a observação e subsequente conexão entre os cartões e as fichas antropométricas, delinearão-se hipóteses e algumas conclusões:

- Coloca-se a hipótese que no acto de observação, a documentação preenchida ter sido exclusivamente as fichas antropométricas, sendo que os cartões foram criados e preenchidos num período posterior à missão. Esta hipótese sugere que as provas de contacto coladas nos respectivos cartões tenham sido reveladas já em Portugal, aspecto consolidado pelo facto de se ter observado, no verso de algumas provas ampliadas, o carimbo de estúdio de revelação de fotografias situado no Porto.

- Verificou-se que o número do rolo e da respectiva fotografia não corresponde necessariamente com a ordem das fichas antropométricas dentro de cada grupo étnico. Isto pode sugerir que as duas actividades, - tirar fotografias e o preenchimento das fichas - não foram efectuadas ao mesmo tempo⁷⁹.

- De acordo com as informações inscritas nos cartões, concluiu-se que a pessoa que os criou detinha um conhecimento aprofundado sobre o que foi realizado durante a MAEG. Esta hipótese é fomentada pelo facto da caligrafia observada nos cartões ser muito semelhante, senão a mesma, à encontrada no verso das provas ampliadas, bem como nas anotações constituintes das cadernetas. Além deste aspecto, comparou-se ainda a caligrafia encontrada nesta documentação fotográfica, com a documentação fotográfica proveniente de Timor, e concluiu-se que ambas apresentavam um elevado nível de semelhança.

Neste sentido, verificou-se que António Marques de Almeida Júnior esteve presente nas duas missões como membro activo⁸⁰, o que pode significar que seja de facto o autor das inscrições, anotações e informações observadas nos cartões. Contudo, salienta-se que esta observação deve ser mais aprofundada, mediante um futuro estudo e análise que incidam na documentação provenientes da missão de Guiné e da missão de Timor.

⁷⁹ Ver Apêndice III - figura 12, onde mostra os três membros da missão a fazerem medições aos indivíduos observados.

⁸⁰ De acordo com Roque, Marques e Ferrão (2011), Marques de Almeida Júnior fez de facto parte da Missão Antropológica de Timor, contribuindo assim deste modo para a probabilidade desta sugestão.

- Observou-se que as fotografias que retratam o indivíduo e que foram produzidas durante a 1ª Campanha não apresentam o nome do homem e/ou mulher fotografado/a. As exceções são muito específicas, pois tratam-se de pessoas que prestaram algum serviço aos membros da missão⁸¹ ou que estiveram presentes em exposições anteriormente realizadas em território português⁸², nomeadamente a Exposição Colonial do Porto em 1934. Porém, ao contrário do observado anteriormente, as fotografias que remetem para a 2ª Campanha disponibilizam essa informação. Questiona-se o porquê desta mudança de atitude perante a forma como os indivíduos observados eram identificados/designados pelos membros da missão.

- O facto de existir um campo específico para a incorporação da fotografia na ficha antropométrica, porém o mesmo não ter sido utilizado, levantou a questão sobre se a ausência de conexão entre as fotografias dos indivíduos observados e as fichas antropométricas não poderá ter estado relacionada com a importância secundária que essa mesma associação detinha, ou não, entre os principais objectivos da missão. Interroga-se também até que ponto é que esta observação pode ter alguma correlação com a perspectiva que aborda os indivíduos observados como "exemplares"⁸³, cuja individualidade/personalidade era de certa forma desvalorizada, e que o seu único interesse eram os valores e dados retirados da sua observação física e psicológica (Landau, 2002 e Carvalho, 2004).

3.5. Identificação, higienização e acondicionamento da documentação fotográfica

Considerando o carácter testemunhal e histórico da fotografia, as instituições arquivísticas devem estar consciencializadas para tal facto, no sentido de promoverem a execução de acções de preservação e conservação, que respondam as características específicas da fotografia, nomeadamente a sua natureza frágil e instável (Palma, 2012).

⁸¹ Neste sentido, destacam-se os intérpretes que funcionavam como mediadores/tradutores entre os membros da missão e os nativos, ou os administradores dos portos civis da localidade em questão, que devido à posição/cargo que ocupavam não estavam ao mesmo nível que os indivíduos de um grupo étnico e respectiva povoação (Carvalho, 2004).

⁸² Destaca-se a fotografia nº1 do rolo 28, onde é possível observar uma mulher bijagó, de seu nome Emília, proveniente da Ilha Formosa, que esteve presente na Exposição Colonial, no Porto, de 1934.

⁸³ Termo utilizado por Maria Helena Galhano para identificar dois homens do Arquipélago dos Bijagós, nomeadamente da Ilha Formosa e da Ilha de Canhabaque, no texto *Cânones antropométricos em indígenas masculinos de S. Tomé, Guiné e, Angola* de 1951.

Assim, foi executado um conjunto de procedimentos com o objectivo de responder e satisfazer as referidas necessidades físicas dos negativos e respectivas provas e dos cartões, recorrendo deste modo aos materiais apropriados para tal⁸⁴.

De acordo com Fischer (2008), os principais tipos de materiais utilizados pela indústria fotográfica, do século XX, são o nitrato de celulose, acetato de celulose e o poliéster. Neste sentido, e tendo em conta que o principal objecto de estudo deste relatório são os negativos e as suas provas correspondentes criados no âmbito da MAEG, a identificação do tipo de suporte verificado surgiu como procedimento crucial de modo a reconhecer as especificidades e subsequentes necessidades de preservação da documentação em questão.

Após a identificação do tipo de suporte em questão, procedeu-se ao seu diagnóstico de modo a recolher informação sobre o estado de conservação dos materiais fotográficos e assim delinear o tratamento mais apropriado de modo a mitigar e/ou evitar o agravamento dos aspectos observados.

Assim, foram efectuadas três actividades interligadas, sendo estas a identificação, diagnóstico e tratamento referentes aos negativos, às provas e aos cartões, pois foram estes os documentos que foram alvo de higienização e novo acondicionamento.

3.5.1. Negativos de nitrato de celulose: identificação, diagnóstico e tratamento

Existem várias as formas de identificar o tipo de suporte, sendo fundamental ter em conta os seus vários aspectos físicos. Quando se encontram em fase de deterioração, os negativos de nitrato de celulose são fáceis de identificar pois apresentam indícios de degradação muito característicos, porém em boas condições são praticamente indistinguíveis dos outros tipos de películas. (Fischer, 2008).

Uma vez que os negativos produzidos no âmbito da MAEG, estão em boas condições, um primeiro olhar não foi suficiente para identificar correctamente que tipo

⁸⁴ Importa salientar que apesar do foco principal deste estágio não ser a vertente da conservação e preservação das espécies fotográficas, considerou-se que a mesma devia ser contemplada uma vez que é das etapas do tratamento mais importante, sobretudo quando se trata de documentação fotográfica.

de negativo se travava. Neste sentido, foram realizados dois testes⁸⁵ de modo a recolher conclusões mais precisas⁸⁶.

O teste de flutuação pode ser utilizado na identificação de vários tipos de películas devido às densidades de cada material (Fischer, 2008). Para ser efectuado, é necessário recolher uma amostra do negativo a ser testado, sugerindo-se um canto do mesmo de modo a não afectar a imagem fotográfica. Seguidamente insere-se a amostra num tubo de ensaio de tricloroetileno, agita-se e observa-se a forma como o material reage. Tendo em conta que a película de nitrato é a mais densa, acaba por afundar-se. Porém, os resultados deste teste não são os mais fiáveis pois, tal como o nitrato, também a película de acetato afunda quando deteriorada (Williams, 1994).

Assim, foi efectuada uma segunda experiência designada por teste de difenilamina⁸⁷ que assenta na preparação de uma solução constituída pela mesma e ácido sulfúrico⁸⁸. Tal como no teste anterior, também este exige uma pequena amostra do negativo em questão. Após esta recolha, a mesma foi colocada num vidro de relógio onde foi aplicada uma gota da referida solução. Se o negativo começar a exibir uma cor azul significa que se trata efectivamente de um nitrato de celulose⁸⁹ e no caso observado foi exactamente esta cor que o material apresentou confirmando-se deste modo a presença de negativos de nitrato de celulose.

Tendo em conta que estes materiais fotográficos ainda não haviam sido alvo de tratamento no campo da higienização e subsequente acondicionamento, actividades estas cruciais para a sua manutenção, no seguimento da identificação, considerou-se necessário realizar um diagnóstico referente aos negativos, bem como aos envelopes que os acolhiam, de modo a definir qual seria a forma mais adequada de os preservar o máximo de tempo possível.

Neste sentido, foi efectuada uma observação ao estado de conservação dos negativos e dos envelopes que acolhiam os mesmos. Esta observação foi realizada a

⁸⁵ Importa referir que os dois testes realizados são tóxicos e destrutivos sendo que para os realizar é necessário ter extra cuidado com as espécies fotográficas, bem como com o ambiente que nos rodeia.

⁸⁶ Ver Apêndice IV - figura 13.

⁸⁷ Este teste é considerado mais exacto e fiável em relação ao teste de flutuação.

⁸⁸ Salienta-se que esta experiência exige um elevado grau de conhecimento e experiência no que se refere à criação e manuseamento da referida solução. Neste sentido, a assistência constante da Dr^a. Catarina Mateus durante a execução deste procedimento foi crucial.

⁸⁹ Importa realçar que os negativos de nitrato de celulose são os mais perigosos e instáveis devido à sua tendência de autocombustão, e pelo facto da sua degradação provocar efeitos no suporte em si, bem como nos restantes materiais que estiverem próximos, além de causarem perigos para a saúde e segurança humana (Fischer, 2008).

olho nu o que significa que não foram realizadas quaisquer análises de medição do grau de acidez, porém permitiu concluir que os negativos apresentam um estado de conservação razoável, apresentando alguns riscos e curvaturas, tendência que deriva do contacto directo entre si, bem como espelho de prata⁹⁰. Referente aos envelopes⁹¹, verificou-se que o papel era de pouca qualidade e apresentam já um certo amarelecimento que pode advir dos químicos libertados pelos negativos⁹².

Tendo em conta as características físicas dos negativos de nitrato de celulose, que justificam o armazenamento separado da restante documentação (Pavão, 1997 e Fischer, 2008) e os factores explanados, considerou-se que havia de facto necessidade de efectuar um novo acondicionamento, nomeadamente a inserção dos negativos em embalagens individuais que apresentassem as condições necessárias para a sua conservação, de modo a evitar o contacto directo entre si, e o agravamento dos riscos e curvaturas referidas anteriormente.

Deste modo, a higienização surgiu como essencial uma vez que não faz sentido mudar de embalagem e acondicionamento sem antes efectuar uma série de tratamentos de higiene ao documento em questão. Assim, os negativos foram alvo de uma limpeza mecânica superficial, tendo sempre em vista a sua integridade física. A higienização foi feita com recursos a diversos materiais, entre os quais uma bata e luvas de algodão e pêra de soprar⁹³.

Apesar de superficiais, o conjunto de procedimentos executados referentes à higienização teve como principal objectivo remover as poeiras e sujidades presentes nos negativos e contribuir para a sua estabilização.

Optou-se pela elaboração de cartões de papel, que vão estar entre cada negativo de modo a evitar o contacto directo, constituídos por papel de pH alcalino - C. Ph 9, estando isentos de lenhina e corantes, com as medidas de 8x8cm, dimensões estas superiores às dos negativos de modo a fornecer uma maior protecção⁹⁴.

⁹⁰ Esta marca de deterioração ocorre nos negativos a preto e branco e advém da separação da prata dos filamentos, acabando por formar uma camada de chumbo sobre a superfície da imagem (Pavão, 1997).

⁹¹ Apresentam o carimbo do Ministérios das Colónias, seguido da designação da missão - Missão Antropológica e Etnológica da Guiné, enquanto os envelopes referentes às provas expõem um selo com as mesmas designações, adicionando a da Junta das Missões Geográficas e de Investigação Coloniais.

⁹² Ver Apêndice IV - figura 14.

⁹³ Ver Apêndice IV - figura 15.

⁹⁴ Ver Apêndice IV - figura 16.

Uma vez que a deterioração dos negativos de nitrato é altamente dependente das temperaturas e humidade relativa e considerando a sua susceptibilidade de entrar em autocombustão, o seu acondicionamento em temperaturas negativas (Pavão, 1997 e Fischer, 2008) surgiu como sendo o procedimento mais adequado pois permite estender a existência de tais materiais instáveis (Wagner, 2005). Para tal, além dos referidos cartões de papel, os negativos foram acondicionados em bolsas de alumínio revestidas a plástico termo fusível, que por sua vez foram seladas e introduzidas na arca congeladora do AHU⁹⁵.

3.5.2. Provas em papel de revelação de gelatina: identificação, diagnóstico e tratamento

Tal como os negativos, também as provas foram algo das etapas de identificação, diagnóstico e tratamento de modo a delinear a forma de acondicionamento mais adequada para as necessidades que as mesmas apresentavam.

Referente à identificação do tipo de suporte das provas em questões, concluiu-se que as mesmas são provas de três camadas, detentoras de fibras de papel invisíveis ao olho nu, sendo por isso necessária a sua observação através de uma lupa binocular (20x). Tratam-se de provas de papel de revelação baritado de gelatina e prata, não plastificado, de tom neutro⁹⁶, sendo o mesmo comum às provas ampliadas e às provas de contacto produzidas nesta missão.

No seguimento da identificação, o estado de conservação das provas e subsequentes envelopes foi observado, concluindo-se que algumas provas apresentavam já indícios de espelho de prata e que o facto de estarem em contacto directo entre si pode explicar a existência de alguns riscos e curvaturas⁹⁷. Os envelopes eram do mesmo tipo de papel dos observados nos negativos, ou seja de pouca qualidade apresentando um amarelecimento⁹⁸ que pode acabar por afectar as provas e subsequentemente a informação que a mesma pode oferecer aos utilizadores.

⁹⁵ Ver Apêndice IV - figuras 17/1, 17/2, 17/3, 17/4 e 17/5 respectivamente.

⁹⁶ Segundo a Dr^a. Catarina Mateus, este tipo de papel era o mais comum e utilizado comercialmente para a impressão das provas, a partir dos negativos, durante o século XX.

⁹⁷ Ver Apêndice IV - figura 18.

⁹⁸ Ver Apêndice IV - figura 19.

Neste sentido, tal como aconteceu com os negativos, a higienização foi efectuada nas provas⁹⁹, recorrendo-se dos mesmos materiais utilizados aquando da higienização dos negativos, consistindo numa limpeza mecânica do suporte em papel, seguida do novo acondicionamento¹⁰⁰.

Tal como os negativos, também as provas foram separadas entre si por cartões de papel, com as mesmas características do utilizado nos negativos, com dimensões de 9,5x12 cm, de modo a evitar a sua natural curvatura e acondicionadas numa caixa de cartão *acidfree*¹⁰¹.

3.5.3. Cartões: identificação, diagnóstico e tratamento

Por último, também os cartões acondicionados na UI 1 foram alvo de identificação, diagnóstico e tratamento uma vez que foi através dos mesmos que foi possível vincular a documentação fotográfica com as fichas antropométricas, permitindo deste modo a articulação de informações que podem vir a ser muito úteis e importantes para os investigadores e/ou utilizadores.

Os cartões são constituídos pela relação entre o cartão em si, com inscrições escritas no verso, e duas ou uma prova de contacto na frente. Durante a observação do estado de conservação dos cartões e respectivas provas, verificaram-se sinais de deterioração, nomeadamente vestígios de sujidade, bem como uma curvatura que consequentemente afectava as suas provas de contacto¹⁰². Neste sentido, a necessidade de um novo acondicionamento de modo a evitar o agravamento dos referidos níveis de deterioração apresentou-se como essencial.

Assim, após limpeza mecânica com auxílio de uma trincha de pelo de cabra¹⁰³, os cartões foram acondicionados, dois a dois, verso contra verso de forma a contrariar a curvatura, em bolsas de poliéster transparente, permitindo a consulta dos mesmos sem que a sua remoção seja necessária¹⁰⁴. Além das bolsas, foram ainda acondicionados em

⁹⁹ Ver Apêndice IV - figura 20.

¹⁰⁰ Ver Apêndice IV - figura 21.

¹⁰¹ Ver Apêndice IV - figura 22.

¹⁰² Ver Apêndice IV - figura 23.

¹⁰³ Ver Apêndice IV - figura 24.

¹⁰⁴ Ver Apêndice IV - figura 25.

caixas de cartão *acidfree*, cujas medidas correspondem às dimensões dos cartões, o que evita o risco de dobra ou curva mediante o seu manuseamento¹⁰⁵.

Após a apresentação das actividades realizadas sob a documentação fotográfica, no âmbito da higienização e acondicionamento, importa referir que apesar de terem sido superficiais, estas previam contribuir para a estabilização, conservação e preservação das espécies fotográficas em questão. Contudo, considera-se importante um controlo regular das mesmas, bem como das suas respectivas UI de modo a prevenir e se necessário delinear procedimentos e estratégias que respondam às necessidades de cada tipo de material fotográfico associado à MAEG.

3.6. Descrição da documentação fotográfica

A descrição é uma das principais, senão a principal actividade constituinte do tratamento arquivístico independentemente do tipo de documentação sobre o qual actua.

Recorrendo à Norma ISAD(G), descrição arquivística consiste na " elaboração de uma representação exacta de uma unidade de descrição e das partes que a compõem, caso existam, através da recolha, análise, organização e registo de informação que sirva para identificar, gerir, localizar e explicar a documentação de arquivo, assim como o contexto e o sistema de arquivo que a produziu." (2002, 13). Segundo a mesma, a descrição deve ser feita de acordo com princípio da proveniência e da ordem original, ao mesmo que reflecte a própria organização documental.

Palma (2012) enumera os princípios teóricos que norteiam a descrição arquivística, recorrendo ao *Rules for Archival Description* (RAD). Tal como a ISAD(G) estipula, o respeito pelo fundo que abrange o princípio da proveniência e da ordem original são cruciais, pois a produção criada por entidade deve ser mantida independente e separada de documentação produzida por outra entidade, ao mesmo que a sua estrutura interna deve ser assegurada de acordo com a ordem que lhe foi atribuída pela entidade produtora.

A descrição deve ainda reflectir e organizar a documentação, sendo que organização consiste em identificar os documentos provenientes do mesmo produtor

¹⁰⁵ Ver Apêndice IV - figuras 26 e 27.

que apresentem características e estruturas comuns, enquanto descrição gera a representação dos documentos de arquivo, de acordo com o seu contexto de produção (Benson, 2009). Neste sentido, as suas actividades complementam-se entre si, pois a descrição é efectuada mediante a organização da documentação.

Os níveis da descrição devem ser desenvolvidos a partir de uma estrutura hierárquica, correspondentes à estruturação intelectual e física da documentação (Palma, 2012). Assim e de acordo com a ISAD(G), a descrição multinível deve ser efectuada do geral particular, de modo a evitar a repetição de informação nos diferentes níveis.

Independentemente da forma e suporte, a descrição arquivística pode e deve ser aplicada a todo o documento de arquivo. Contudo, nem todos os suportes e subsequentes especificidades possuem normas e instrumentos de descrição adequadas, sendo este o caso da documentação fotográfica. Como tal, as instituições que custodiam este tipo de documentação criam os seus modelos ou adaptam os já existentes (Pavezi; Flores; Perez, 2009) de modo a se enquadrarem e adaptarem à sua realidade, à sua política de arquivo e às necessidades dos seus utilizadores.

Esta (re)adaptação dos modelos, pelas instituições foi confirmada pelo projecto SEPIA (Safeguarda European Photographic Collections), de 1999, desenvolvido pela European Commission on Preservation and Access (ECPA), cujo principal objectivo era normalizar a descrição da fotografia no interior das instituições. Este projecto contemplava então cinco níveis - *instituição; aquisição; colecção; grupo e peça* - que se subdividiam em três sub-níveis: *administração; proveniência e material*¹⁰⁶.

Boadas (2001) argumenta que a descrição fotográfica consiste no processo de enumerar as características principais de um documento, permitindo deste modo a sua identificação, ao mesmo tempo que reconhece e sistematiza a informação sobre uma imagem, de modo a seleccionar e possibilitar o acesso por parte dos utilizadores. Tal aceção vai ao encontro da exposta por Pavezi, Flores e Perez (2009) que consideram a descrição como a possibilidade de registar a informação administrativa, as condições físicas e possíveis restrições de acesso que afectam as fotografias em questão.

¹⁰⁶ A administração compreende campos para informação sobre a organização e gestão da documentação fotográfica, nomeadamente o código de referência, data de aquisição; localização, restrições de acesso e direitos de autor; a proveniência inclui dados sobre a origem e aquisição da documentação, produtor e história biográfica e custodial; e finalmente o material refere-se a informação relativamente às características visuais e física do documento em questão, o seu conteúdo, quantidade e os tipos de materiais.

Uma vez que um dos principais objectivos deste trabalho foi a descrição arquivística desta documentação, foram levadas a cabo uma série de actividades consideradas essenciais para uma descrição eficaz e congruente de modo a disponibilizar, ao público, o máximo de informação possível sobre a documentação fotográfica em questão.

Assim, paralelamente às actividades de higienização e acondicionamento, foi efectuada uma recolha de dados, ao nível da peça realizada mediante a observação entre o negativo e prova, de modo a aligeirar a etapa referente à descrição da documentação fotográfica e posterior inserção dos dados na base de dados criada para esse propósito¹⁰⁷. Esta acção foi executada mediante uma folha de recolha, com vários campos de preenchimento, nomeadamente a cota, o número original, número digital, legenda, data e observações¹⁰⁸.

A partir deste momento foi então possível estabelecer uma relação entre o negativo a prova que lhe correspondia tendo em conta os envelopes originais, bem como a observação da imagem em si contida nos dois tipos de espécies fotográficas, de modo a permitir esta inserção na base de dados do repositório digital e subsequente consulta, por parte do utilizador, da prova, evitando o manuseamento desnecessário do negativo de nitrato¹⁰⁹.

De acordo com o sistema de **cotas**, previamente estabelecido pelo Centro de Actividades de Preservação e Acesso - Conservação de Fotografia, do IICT, a mesma deve principiar pela sigla da colecção, seguida do código do formato e do número sequencial. No caso concreto desta documentação fotográfica, a sigla da colecção é MAEG, sendo que quando se trata de um negativo monocromático de 6x6 cm, o código do mesmo é NC, enquanto se for uma prova, a preto e branco, de 9x12 cm o código a atribuir é PE.

Considerou-se o **número original**, o número do rolo e da fotografia atribuído durante a produção da mesma de modo a fazer correspondência entre o negativo e

¹⁰⁷ Tal acção foi ao encontro do que Benson (2009) define por actividade descritiva, iniciada nas primeiras fases do trabalho arquivístico onde são registados uma série de dados relacionados com o título, datas, história administrativa, biográfica e âmbito e conteúdo.

¹⁰⁸ Ver Apêndice V - tabela 1.

¹⁰⁹ Importa salientar que durante esta actividade não foram efectuadas relações entre imagens onde era possível observar a mesma pessoa pela razão que na maior parte dos casos observados, os negativos e provas capturados do mesmo indivíduo eram realizados sucessivamente durante a missão, não parecendo por isso pertinente cobrir este aspecto.

respectiva prova amplia. O **número digital** consiste no número atribuído automaticamente aquando da digitalização do negativo, tendo este campo sido preenchimento durante a etapa final do tratamento arquivístico em questão. A **legenda** equivale ao que na linguagem arquivística é mais comumente designado por título, estando o mesmo presente no verso das provas ampliadas e nos livros de registos correspondentes à 1ª e 2ª Campanha respectivamente¹¹⁰. A **data** da recolha dos dados em questão e por último as **observações** consideradas relevantes no âmbito da descrição arquivística, onde se incluem informações sobre o estado de conservação¹¹¹.

Após a finalização da higienização e acondicionamento, bem como da recolha dos referidos dados, teve início a segunda fase da descrição, nomeadamente a inserção dos dados na base de dados, associada ao ACTD.

Criada em 2007, esta base de dados é direccionada exclusivamente para a descrição de documentação fotográfica. Os seus campos de preenchimento baseiam-se nos propostos pela ISAD(G) e pelo SEPIADES e como tal contemplam uma descrição multinível. Importa referir que no âmbito deste trabalho, cada registo equivale a um negativo e respectiva prova, de modo a evitar duplicação de informação e permitir a correspondência entre o original e a cópia. Deste modo, a estrutura hierárquica previamente estabelecida por esta base de dados é a seguinte:

Colecção (Nível 1 – Colecção/Fundo): este nível contém informação mais geral sobre a documentação fotográfica em questão¹¹².

Documento (Nível 2 – Descrição de conjunto documental): equivale ao que normalmente se designa por série¹¹³ e corresponde exclusivamente à 1ª Campanha da MAEG¹¹⁴. Segundo Casquijo (2014), no que se refere à linguagem fotográfica,

¹¹⁰ Durante o estágio, só ocorreu um caso em que as provas não apresentavam qualquer inscrição. Neste sentido, principiou-se a procura do título nas provas ampliadas avulsas que se encontram na unidade de instalação 2, porém as mesmas não foram encontradas. Como tal, o título foi encontrado e por sua vez registado mediante o(s) inscrito(s) no livro de registos referente à primeira campanha da MAEG.

¹¹¹ Este foi avaliado de acordo com a Terminologia para Diagnóstico de espécies fotográficas do Centro de Actividades de Preservação e Acesso - Conservação de Fotografia, do IICT, e tem como medida o Muito Bom (MB), Bom (B), Razoável (R), Deteriorado (D) e o Muito Deteriorado (MD).

¹¹² Ver Apêndice V - tabela 2, onde são apresentados os campos abrangidos por este nível e respectivas definições.

¹¹³ Consiste num "conjunto de documentos organizados de acordo com um sistema de arquivagem e conservados como uma unidade, por resultarem de um mesmo processo de acumulação, do exercício de uma mesma actividade, por terem uma tipologia particular, ou devido a qualquer outro tipo de relação resultante do processo de produção, recepção ou utilização" (ODA, 2007, 305).

¹¹⁴ Ver Apêndice V - tabela 3, onde são apresentados os campos abrangidos por este nível e respectivas definições.

documento pode ser uma imagem ou conjunto de imagens realizadas no mesmo contexto de produção que constituem uma narração completa ou uma sequência. No caso específico da MAEG, as fotografias produzidas no âmbito da 1ª Campanha constituem um conjunto de documentos que retratam um contexto bem como uma *sequência* cronológica e uma *narração* referente ao trabalhos antropométricos realizados.

Fotografia (nível 3 - descrição da fotografia/peça): corresponde ao designado por documento simples¹¹⁵ ou à peça¹¹⁶ e abrange a totalidade dos negativos e subsequentes provas tratadas na sua forma mais individual¹¹⁷. Dentro deste nível foi ainda incluído um sub - nível que corresponde à descrição física da espécie fotográfica¹¹⁸, que por sua vez possui um sub-sub nível referente à conservação da mesma¹¹⁹.

No âmbito deste trabalho o documento simples ou peça abrange o negativo e a prova que lhe corresponde num único registo na base de dados. Tal opção está prendese com o propósito de evitar repetição de informação pois as espécies fotográficas observadas, nomeadamente o negativo e prova correspondentes, possuem o mesmo título, data e local, sendo que a única coisa que os diferencia é o tipo de suporte utilizado. Neste sentido, os sub-níveis referentes à descrição física e conservação da referida espécie são preenchidos separadamente exactamente pela mesma razão enunciada anteriormente.

Tal como efectuado na fase inicial da descrição, também a base de dados utilizada abrange o título. Este campo de preenchimento é obrigatório em qualquer nível de descrição pois constitui um dos principais pontos de acesso à documentação. Segundo as ODA, o título pode ser formal, paralelo, atribuído e controlado. O primeiro define o que foi identificado na documentação trabalho, ou seja, os títulos encontrados correspondem ao "nome oficial ou legal de uma unidade de descrição, ou nela aparece

¹¹⁵ Segundo as Orientações para a Descrição Arquivística, documento simples consiste na "mais pequena unidade arquivística intelectualmente indivisível" (2007, 301), ilustrando com exemplos tais como cartas e as fotografias.

¹¹⁶ De acordo com a ISAD(G), a peça (item) é "a mais pequena unidade arquivística intelectualmente indivisível, por exemplo: carta, memorando, relatório, fotografia, registo sonoro." (2002, 14). Esta definição é a mesma fornecida pela ODA referente a documento simples.

¹¹⁷ Ver Apêndice V - tabela 4, onde são apresentados os campos abrangidos por este nível e respectivas definições.

¹¹⁸ Ver Apêndice V - tabela 5.

¹¹⁹ Ver Apêndice V - tabela 6.

proeminente ou explicitamente, transcrito sem modificações substanciais." (ODA, 2007, 32).

Neste sentido, os títulos das espécies fotográficas em questão foram atribuídos no momento da sua captura sendo por isso possível manter as designações originais atribuídas pelos produtores das mesmas. Os referidos títulos são observáveis no verso da prova, bem como nos dois livros de registos alusivos à 1ª e 2ª Campanha respectivamente e no livro de registos que acompanha os negativos. Porém, verificou-se que algumas palavras não estavam escritas de acordo com a ortografia actual. Assim, optou-se por transcrever o título original, sendo que a palavra que apresentava uma ortografia desactualizada era seguida pela actual entre dois parêntesis rectos¹²⁰.

Deste modo, considera-se que a partir das descrições realizadas sobre as imagens em questão torna-se possível disponibilizar esta documentação ao público em geral, bem como as articulações que a mesma apresenta com outras fontes de informação, nomeadamente com os relatórios¹²¹. Após a finalização desta actividade, seguiu-se para o processo de digitalização dos negativos com o intuito de complementar e associar a imagem propriamente dita à informação disponível no respectivo registo.

3.7. Digitalização da documentação fotográfica

Os Princípios de Acesso aos Arquivos, delineados e elaborados pelo Conselho Internacional de Arquivos, em 2011, argumentam que "O objectivo fundamental dos arquivos é o uso", indo desta forma ao encontro da principal razão de existência dos arquivos, que a difusão e comunicação da documentação que custodiam.

Neste sentido, as instituições têm vindo a perder o carácter exclusivo de depósito do património documental, ao mesmo tempo que adquirem o estatuto custodial de diversas tipologias de documentos e suportes de modo a tornar os seus fundos mais abrangentes e ricos de conteúdos informacionais. No âmbito deste reconhecimento de novas tipologias de documentos, Alberch i Fugueras (2000) destaca a validade das

¹²⁰ Salienta-se que esta foi a opção seguida pois foi o aconselhado durante a orientação do estágio.

¹²¹ A articulação directa entre as fotografias e os relatórios abrange somente as que estão coladas directamente nos mesmos. As restantes podem ser relacionadas com os dois relatórios escritos em 1946 e 1947 respectivamente a partir de uma perspectiva cronológica e geográfica pois ilustram, a partir das imagens, o escrito pelo chefe da missão, Professor Amílcar Mateus.

imagens fotográficas, nomeadamente no que se refere à sua comunicação e posterior disponibilização, sem no entanto descurar das restrições legais que se lhe podem impor.

No seguimento desta perspectiva, o arquivista acarreta a responsabilidade de empreender esforços no sentido de tornar disponível o máximo de informação possível, mediante algumas restrições e pelo levantamento das mesmas quando deixam de fazer sentido (CIA, 2011). No sentido de contemplar diversas soluções e estratégias, as oportunidades proporcionadas pelas Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) Alberch i Fugueras (2000) apresentam-se como essenciais. É neste contexto que surge o procedimento da digitalização, tornando-se uma importante ferramenta no acto de difundir informação, nomeadamente a de carácter fotográfico e visual.

Porém, ressalva-se que além de permitir a disponibilização online de documentos fotográficos, a digitalização também se encaixa no campo das estratégias e soluções direccionadas para a conservação e preservação das espécies fotográficas. Neste sentido, importa referir que a digitalização não é o foco principal deste relatório, contudo não deixa de ser uma actividade crucial no que se refere à comunicação e disseminação da documentação fotográfica em questão, nomeadamente a partir do *Arquivo Científico Tropical Digital* (ACTD), repositório do IICT.

Assim, após a inserção dos dados, referente a cada imagem, na base de dados do IICT, a fase da digitalização teve início. No acto de escolher qual seria o suporte - negativo ou prova - a ser digitalizado, optou-se pelo negativo.

Além de se tratar do original e ser o mais próximo daquilo que a lente da câmara observou no acto do disparo (Schwartz, 1995)¹²², o negativo apresenta uma qualidade substancialmente superior em comparação com as provas e fornece mais informação do que estas. O facto do negativo ser o material que sai directamente da câmara faz com que se torne o documento original que retrata tudo aquilo que estava a acontecer no acto do disparo, enquanto que a prova apresenta aquilo que o fotógrafo ou a pessoa que encomenda a revelação pretende que se veja e nada mais. Assim, o negativo pode

¹²² A autora faz referência à afirmação de Bill Leary de que o negativo original é "the truest record of the information captured by the camera". Porém, Schwartz rectifica que esta perspectiva propõe a tónica da *uniqueness* da fotografia em detrimento do propósito da mesma o que pode levar a teorias e práticas pouco adequadas. Neste sentido, Schwartz afirma que "the negative may in fact be «the truest record» of what was in front of the lens, it is not the document intended to convey a message to an audience." (Schwartz, 1995, 46).

constituir, em termos fotográficos, o original, e o documento que transmite a mensagem é a impressão efectuada a partir do negativo (Sasson, 2014).

A totalidade de negativos do primeiro lote, ou seja as 30 primeiras imagens capturadas no início da MAEG, foram digitalizados¹²³, sendo que os restantes foram alvo de cinco a sete digitalizações. A selecção de imagens a serem digitalizadas prendeu-se com vários factores, destacando-se o estado de conservação do negativo¹²⁴, a qualidade¹²⁵ da imagem e o conteúdo da mesma. Neste sentido, atribuiu-se prioridade à digitalização de imagens que retratassem aspectos culturais e/ou habitacionais das povoações, bem como aos retratos frente e verso em detrimento das paisagens ou fotografias semelhantes entre si.

A digitalização foi efectuada mediante um scanner de transparências, modelo Nikon Super Color Scan 8000, próprio para a digitalização de negativos e respectivo programa *Silverfast*. Neste foram utilizadas as funcionalidades consideradas mais adequadas para as características do negativo em questão, sendo que a imagem foi digitalizada para formato Tagged Image File Format (TIFF).

Antes da digitalização em si, efectuou-se uma limpeza superficial, com recurso à pêra de sopro, de modo a remover qualquer sujidade que ainda persistisse no negativo e evitar ter de repetir o processo de digitalizar.

À medida que os negativos iam sendo digitalizados¹²⁶, a imagem digital é enviada para uma pasta anteriormente definida e atribui automaticamente um número sequencial a cada digitalização. Este número é então inscrito na folha de recolha de dados, nomeadamente na coluna respectiva ao mesmo, bem como na base de dados, no registo e campo a que corresponde. Aquando do final do estágio realizado, as imagens digitalizadas ainda não estavam acessíveis a partir do referido repositório. Salienta-se que a inserção e associação de metadados¹²⁷ às imagens em questão foram efectuadas posteriormente a esta actividade.

¹²³ De modo a observar e efectuar o percurso total do tratamento arquivístico, o primeiro lote de negativos foi digitalizado na sua totalidade para seguidamente ser alvo de congelamento, processo este que finaliza o referido tratamento.

¹²⁴ Quanto maior fosse o nível de deterioração do negativo, mais depressa era seleccionado para ser digitalizado. Porém, salienta-se que o estado de conservação geral dos negativos observados é razoável.

¹²⁵ Quando se fala de qualidade refere-se ao facto de a fotografia estar desfocada.

¹²⁶ Ver Apêndice VI - figuras 34 e 35.

¹²⁷ Segundo os Parâmetros da Digitalização de Documentos Fotográficos no IICT, documento criado pelo K-Centro de Actividades de Preservação e Acesso - Conservação de Fotografia, a introdução dos metadados é efectuada mediante o File Info do Photoshop.

Apesar de não existirem estudos sobre o perfil dos utilizadores do ACTD, é possível ter acesso a dados que de alguma forma podem colmatar este aspecto, uma vez que o repositório é actualizado semanalmente¹²⁸.

Referente ao próprio AHU, entidade detentora da documentação fotográfica em questão, segundo informação recolhida oralmente junto de alguns dos seus funcionários, grande parte dos utilizadores que solicitam o acesso à documentação custodiada provém da área de história e arquitectura, sendo que de antropologia não se verifica uma grande afluência visto esta ser a primeira missão antropológica e etnológica tratada de modo a tornar-se acessível. Deste modo, com o tratamento e digitalização desta documentação pretende-se atrair mais e novos públicos ao arquivo, bem como contribuir para o aprofundamento do conhecimento antropológico inserido em contexto colonial.

¹²⁸ Aquando da redacção deste relatório, estavam disponíveis 81 713 objectos pertencentes a 1614 colecções, sendo que são visualizadas 882054 imagens e efectuados 234435 downloads.

CAPÍTULO 4 - REFLEXÕES E SUGESTÕES

Após a conclusão do tratamento arquivístico da documentação fotográfica em questão, foram surgindo diversas questões relacionadas com a fotografia enquanto documento de arquivo, bem como a forma como a mesma é ou não considerada dentro do ambiente arquivístico.

Uma das primeiras questões a serem levantadas está relacionada com o facto da documentação produzida no âmbito da MAEG, independentemente do seu suporte, estar fisicamente distribuída por vários locais. Assim, a documentação fotográfica e a documentação textual encontram-se nas instalações do AHU, porém os relatórios redigidos pelo Professor Amílcar Mateus estão depositados, enquanto documentos de biblioteca, no Centro de Documentação e Informação, situado no Palácio dos Condes da Calheta, bem como os artefactos etnográficos¹²⁹ recolhidos, juntos das populações locais, durante a missão.

Independentemente do seu suporte, a documentação produzida reflecte uma actividade institucional e científica que deve ser mantida no mesmo espaço físico e não em instalações diferentes. Neste sentido, sugere-se a instalação e armazenamento, no mesmo local, dos relatórios redigidos durante e após a finalização da MAEG com a restante documentação textual pois tratam-se de documentos de arquivo, independentemente da sua forma e apresentação física.

A separação física entre a documentação textual da documentação fotográfica é algo comum devido às diferentes especificidades e características dos documentos em questão, contudo esta acção não deve ser igualmente dirigida à perspectiva organizacional e intelectual da documentação no seu todo pois tal opção pode levar à perda irreparável de informação crucial para a compreensão da mesma.

A questão da separação da documentação leva a outra questão, nomeadamente a forma como a fotografia, enquanto documento de arquivo, é considerada e tratada dentro das instituições arquivísticas. Foca-se agora o que Schwartz (2002) enunciou

¹²⁹Segundo Martins (2014), estes artefactos consistem em objectos que representam a diversidade étnica e cultural guineense, associados a rituais de passagens e ao sagrado, bem como peças de adorno e ilustrativas. Salienta-se a sua extrema importância antropológica e etnográfica, tendo os mesmos sido recentemente inventariados e integrados nas reservas visitáveis do referido Palácio dos Condes da Calheta, instalações também integradas no IICT.

como falha, por parte dos arquivistas, em apreciar os materiais visuais, nomeadamente a fotografia enquanto documento de arquivo.

Segundo a autora, enquanto as fotografias forem entendidas e tratadas de forma diferente da restante documentação, as mesmas vão continuar a ser negligenciadas e classificadas como *special media* ou *non-textual*. Estes termos não são os mais apropriados pois, segundo ainda Schwartz (2002) não corroboram o estatuto arquivístico da fotografia. Neste ponto, a autora questiona se as fotografias serão mesmo especiais, ou se são simplesmente diferentes. A fotografia é então o *Outro* arquivístico em relação à documentação dita tradicional, constituída sobretudo por documento textual.

O facto de ser considerada um documento único que capta a realidade, ao mesmo tempo que é considerada e avaliada como objecto técnico, sobretudo pela área de conservação¹³⁰, fez com que a ligação entre a fotografia e o seu contexto fosse secundarizada o que contribuiu para a sua desvalorização enquanto documento de arquivo. Segundo Casellas I Serra (2005), esta atitude perante a fotografias fez com que esta apresentasse resultados muito limitados no que se refere à sua gestão global, bem como à recuperação e preservação da informação que a mesma contém.

Durante o estágio realizado foi evidente que a fotografia é encarada como um documento merecedor de atenção e tratamento. Porém, apesar de não se ter verificado explicitamente a atitude supracitada, a criação de uma base de dados exclusiva e especificamente para este tipo de documentação pode, de certa forma, corresponder a esta ideia de isolamento da fotografia. Mediante a referida base de dados, a documentação fotográfica é alvo de uma descrição isolada, independentemente de ter, ou não, documentação associada (textual e/ou objectos)¹³¹. Tal procedimento não deve ser considerado o mais adequado pois os documentos devem ser avaliados e tratados enquanto conjunto e não cada uma das partes separadamente (Rousseau; Couture, 1998).

¹³⁰ Casellas I Serra (2005) evidencia que a predominância do campo da conservação e preservação, no que se refere à fotografia, fez com que a gestão individual da mesma fosse mais valorizada, em detrimento dos critérios de gestão integral de conjuntos documentais.

¹³¹ Porém, importa referir que existe de facto a consciência dessa ausência de tratamento e articulação, tal como é possível verificar no ACDT onde está escrito que "toda a informação disponível é a única que foi recolhida até ao momento. As imagens não foram estudadas, pelo que algumas não têm data, autoria, localização, etc." Disponível em: WWW <URL:<http://actd.iict.pt/more.php?display=foto>>.

Tendo em conta esta situação, considerou-se que a mais pequena articulação entre a documentação fotográfica e a documentação textual podia representar uma mais-valia para o utilizador interessando na sua consulta. Assim, com o intuito de assegurar uma ligação entre a documentação fotográfica e a documentação textual, optou-se por escrever no campo das *observações* que algumas das imagens descritas estavam presentes no relatório referente à 1ª Campanha. Estas fotografias, coladas nos relatórios tinham como função a de ilustrar o texto escrito, pelo chefe da missão, que por sua vez reflecte a estadia e trabalho realizado no Arquipélago dos Bijagós.

A partir desta informação torna-se possível associar imagem com texto permitindo assim aprofundar o conhecimento e informação sobre o contexto e circunstâncias em que as fotografias foram capturadas. Contudo, admite-se a simplicidade desta articulação entre imagem e relatório, sugerindo-se aprofundar futuramente esta componente a partir de investigação mais aprofundada no que se refere à documentação produzida no âmbito da MAEG, bem como através de uma descrição do conjunto abordada e sugerida seguidamente.

Além da já referida inserção da ligação entre fotografias e relatório na base de dados, efectuou-se ainda um vínculo entre os cartões MAEG, considerados documentação fotográfica e as fichas antropométricas que correspondem à documentação textual, como referido e explicado no ponto 3.4.1.

Esta actividade também foi essencial pois constitui um passo em direcção à integração da fotografia no todo que perfaz a documentação produzida no âmbito desta missão. Porém, esta informação não foi abrangida pela descrição efectuada na base de dados pois os indivíduos retratados durante a 1ª Campanha não foram identificados pelo nome, impossibilitando assim a correspondência entre imagem/retrato e respectiva ficha antropométrica. Contudo sugere-se que num futuro esta informação esteja disponível para consulta. Porém, inserir e disponibilizar *online* os retratos individuais pode dar origem a questões de ética e privacidade, tendo em conta as circunstâncias em que estas fotografias foram criadas e a ausência de autorização dos indivíduos para tal.

De modo a colmatar esta situação, sugere-se que a referida informação seja oferecida sem no entanto disponibilizar a imagem da pessoa em questão. O utilizador saberia então que existem de facto cartões que representam os indivíduos retratados, mas só teriam possibilidade de os consultar deslocando-se às instalações do AHU e mediante autorização prévia. Esta sugestão pode suscitar o problema dos utilizadores

que não têm possibilidade de se dirigir fisicamente à instituição, porém a questão ética e a privacidade dos indivíduos que foram retratados tem de ser levada tendo em conta.

Decorrente do referido isolamento que afecta a fotografia, surgiu outro aspecto que espelha e evidencia o tratamento especial de que este tipo de documentação ainda é alvo. Refere-se então a forma como a documentação fotográfica é identificada e descrita, que de alguma forma reflecte o papel que a fotografia ocupa dentro do ambiente arquivístico.

Neste sentido, verificou-se que todas as espécies fotográficas que dão entrada no AHU são automaticamente classificadas como colecções fotográficas¹³², tendo o mesmo acontecido à documentação fotográfica em questão. Esta opção de definir que tudo o que seja imagem fotográfica deve ser encarada enquanto colecção parece ir ao encontro do que Schwartz (2002) referiu e foi explicitado previamente, nomeadamente o facto da fotografia ainda ser considerada um documento especial. Esta opção não parece ter em conta as ligações e articulações que a fotografia pode manter com outros tipos de documentação, seja textual, visual, sonora, entre outros, ao mesmo tempo que a empurra para as margens da arquivística.

Recorrendo-se assim às definições de fundo e de colecção propostas pelo Guia de fundos e colecções fotográficas 07, que define fundo como "todo o conjunto de documentos de arquivo, independentemente da sua forma ou suporte, organicamente produzido e/ou acumulado e utilizado por uma pessoa singular, família ou pessoa colectiva, no decurso das suas actividades e funções.", e colecção enquanto "conjuntos de documentos reunidos artificialmente em função de qualquer característica comum, independentemente da sua proveniência."

Neste sentido é possível argumentar que identificar a documentação fotográfica em questão enquanto colecção não parece ser o mais apropriado tendo em conta vários elementos, entre os quais a proveniência, contexto de produção e a função da mesma. Verifica-se então que o objecto de estudo deste relatório se enquadra de forma mais convincente e apropriada na definição de fundo do que propriamente na de colecção. Contudo, é importante ter em conta que este dito fundo não é unicamente constituído

¹³² Importa salientar que no seguimento de um trabalho realizado previamente ao aqui apresentado, foi possível verificar que existem fotografias associadas a documentação textual, nomeadamente a processos de obras, que por estarem coladas ou armazenadas juntamente com os mesmos não são consideradas colecções, mas antes documentos associados aos referidos processos.

pela documentação fotográfica, mas também pela documentação textual, onde se incluem os relatórios e as fichas antropométricas, bem como os artefactos recolhidos.

Deste modo, sugere-se futuramente o tratamento desta documentação como um todo onde se incluem as relações e articulações entre as suas várias tipologias documentais¹³³. Este projecto iria implicar o aproveitamento do trabalho realizado no âmbito deste estágio, em detrimento da forma isolada actual, adoptando a descrição multinível das ODA e das ISAD(G) que abrangem os conceitos de fundo¹³⁴, secção¹³⁵, série¹³⁶, sub-série e documento composto¹³⁷.

No decorrer do trabalho realizado, verificou-se que muitas das fotografias descritas foram capturadas nos mesmos locais geográficos, sendo os mais comuns Bubaque, Ilha de Caravela e Ilha da Formosa, no âmbito da 1ª Campanha. Neste sentido, colocou-se a hipótese de permitir que o utilizador alcançasse a informação pretendida através da localização geográfica. Assim, na posterior descrição global da documentação da MAEG, sugere-se o estabelecimento de ligações de acesso à documentação a partir da localização geográfica em que os documentos fotográficos, textuais e artefactos foram capturados, escritos e recolhidos.

Após reflexão sobre a forma como as fotografias são classificadas num primeiro momento, a atenção passou para a descrição ao nível do documento simples/peça, nomeadamente no campo referente ao título. Este campo é essencial pois denomina a unidade de descrição em questão, sendo a partir deste que muitas vezes se alcança a informação e conhecimento contida no documento fotográfico. Sendo que um dos factores mais importantes é a consistência e coerência das descrições de documentos fotográficos, a sua actualização ortográfica é fundamental de modo a possibilitar a sua pesquisa sem no entanto descurar dos termos originais.

¹³³ Neste sentido, aconselha-se a observação do Apêndice VII - tabela 7, que apresenta uma possível proposta e disposição reflectora da organização intelectual da documentação da MAEG enquanto todo.

¹³⁴ Segundo as ODA, fundo é todo "conjunto de documentos de arquivo, independentemente da sua forma ou suporte, organicamente produzido e/ou acumulado e utilizado por uma pessoa singular, família ou pessoa colectiva, no decurso das suas actividades e funções" (2007, 55).

¹³⁵ De acordo com as ODA, secção é "a subdivisão de um fundo que corresponde a subdivisões orgânicas não autónomas da entidade produtora (...)" (2007, 55).

¹³⁶ Segundo as ODA, série é todo o "conjunto de documentos organizados de acordo com um sistema de arquivagem e conservados como uma unidade, por resultarem de um mesmo processo de acumulação, do exercício de uma mesma actividade (...)" (2007, 55).

¹³⁷ De acordo com as ODA, documento composto é "a unidade organizada de documentos, agrupados quer para utilização corrente pelo seu produtor, quer no decurso da organização arquivística, por se referirem a um mesmo assunto, actividade, transacção ou tramitação própria." (2007, 55).

Neste sentido, recorre-se ao que as ODA propõem como título controlado, cujas vantagens são o facto de "facilitar o acesso à informação e a troca de descrições relativas a documentação de produtores com características comuns." (2007, 32). É possível adaptá-lo a esta realidade pois como referido anteriormente o português originalmente observado não é o mesmo dos dias de hoje, implicando deste modo a sua actualização.

Assim, de modo a evitar a perda do título original dos produtores, propõe-se a inserção de um novo campo de descrição que permita estabelecer essa ligação entre ortografias e que informa o utilizador que se trata de um título dito controlado, ao mesmo tempo que possibilita o acesso às duas opções.

Ainda dentro do campo da descrição e da utilização de uma base de dados exclusiva da fotografia, averiguou-se que a mesma tem uma lacuna que de certa forma pode complicar a sua consulta por parte do funcionário a quem é requisitada informação e/ou documentação. Trata-se da ausência de um campo dirigido à pesquisa propriamente dita. Somente um profissional que conheça de forma aprofundada as diversas colecções que já estão tratadas é que tem a capacidade de procurar, recuperar e disponibilizar informação que ainda não esteja devidamente disponível no repositório ACTD. Esta questão pode causar problemas no que se refere à recuperação da informação e imagem fotográfica pretendida.

Assim, considera-se crucial que enquanto não for possível a criação de uma base de dados conjunta, que seja dirigida a todo o tipo de documentação, independentemente do seu suporte, se crie um campo de pesquisa que permita a recuperação de informação a partir de vários termos entre os quais, o nome do autor e/ou fotógrafo, entidade colectiva, localização geográfica, datas, título e assunto.

Outra questão pertinente que surgiu exactamente pelo facto de não ter sido abordada durante este estágio foi a indexação. Segundo a Society of American Archivists, a indexação é o "process of creating an ordered list of concepts, expressed as terms or phrases, with pointers to the place in indexed material where those concepts appear."¹³⁸ Consiste então numa actividade complexa que obedece a normas¹³⁹ próprias, criadas com o intuito de oferecer mais e melhor informação ao utilizador.

¹³⁸ Definição presente no glossário online disponível em WWW <URL: <http://www2.archivists.org/glossary/terms/i/indexing>>.

A indexação torna-se então uma das actividades mais importantes durante o tratamento arquivístico, principalmente no que se refere a documentação fotográfica. Esta acção implica conhecimentos aprofundados sobre o(s) tema(s) representado(s) nos documentos fotográficos, que vão ser cruciais no estabelecimento de pontos de ligação e acesso à documentação. Após uma análise direccionada para o conteúdo das imagens, é possível identificar e seleccionar os conceitos que representam o observável na fotografia, que por sua vez vão ser representados por termos de indexação cuja qualidade deve ser regularmente controlada.

No caso concreto apresentado, a indexação surge como uma actividade de tamanha importância pois constitui temas e assuntos muito específicos que requerem a associação entre a imagem e um termo que a represente. Deste modo, propõe-se empregar os termos originais criados e utilizados pelos produtores desta documentação que delineiam a organização temática observada na UI 1, nomeadamente os *tipos, adornos, indumentária, religião, vida na missão, habitação, pinturas murais, coreografia, paisagem e indústria*¹⁴⁰. Mediante a observação efectuada sobre as imagens durante o trabalho realizado, sugerem-se outros termos como missão, antropologia, antropometria, colonialismo, Escola do Porto, Bijagós, retrato, entre outros.

Assim, efectuar a indexação da documentação fotográfica em questão, bem como da restante associada deve ser tida em conta e levada a cabo futuramente, utilizando para tal uma linguagem que resulte da colaboração entre a entidade custodial, AHU e a entidade produtora (IICT), uma vez que foi esta última a responsável pela realização da missão que constitui o objecto de estudo deste relatório, enquanto o AHU é a instituição arquivística que é responsável pelo seu tratamento e posterior disponibilização.

Esta etapa do tratamento arquivístico, bem como a descrição em si, pode ainda ser beneficiada por informação recolhida a partir de diversas fontes, nomeadamente a documentação textual associal e fontes bibliográficas sobre as circunstâncias em que

¹³⁹ Evoca-se a Norma Portuguesa NP 3715-1989, cujas referências remetem para as ISO 2788-1986, que "recomenda procedimentos para a análise de documentos, determinação do seu conteúdo e selecção de termos de indexação." (1989, 3). Os conceitos presentes nos documentos são identificados a partir de um processo de análise intelectual, sendo de seguida convertidos em termos de indexação.

¹⁴⁰ Existe ainda o separador diversos porém no âmbito da indexação, este não se apresenta como relevante pois não possibilita a apreensão de conhecimento sobre o que está representado na(s) fotografia(s) em questão.

estas fotografias foram produzidas, nomeadamente sobre o período colonial bem como o estatuto e papel da antropologia durante essa altura. Além da formação do arquivista, estas fontes são essenciais pois permitem criar e estabelecer o referido conhecimento para melhor identificar o que está representado nas imagens.

CONCLUSÃO

De acordo com as leituras realizadas previamente e durante a redacção deste relatório, sugere-se que a fotografia ainda tem um longo caminho a percorrer no que se refere ao seu estatuto dentro do campo da arquivística, tendo sido observado no terreno de estudo em questão alguns dos aspectos mencionados pelos autores. Com isto não se pretende afirmar que não se tem observado mudanças, pelo contrário, o advento da digitalização fez com que as instituições começassem a considerar a fotografia enquanto ferramenta para as suas actividades e enquanto documento merecedor de atenção.

O facto da documentação fotográfica ser ainda considerada isoladamente, não tendo em conta a sua integração com a restante documentação textual pode ainda ser explicada pela falta de conhecimento e formação, por parte do profissional de informação, sobre a história e técnicas da fotografia bem como pela ausência de competências ao nível da literacia visual. Este isolamento pode resultar numa grave perda de informação sobre o contexto de produção da documentação fotográfica, ao mesmo tempo que coloca em risco a presença dos dois princípios fundamentais da Arquivística, nomeadamente o princípio do respeito pela ordem original e da proveniência.

Apesar da sua gradual aceitação enquanto fonte de informação possuidora de legitimidade, persiste ainda uma resistência em admitir as capacidades arquivísticas da fotografia, enquanto documento reflector de actividade ou função de uma pessoa singular ou colectiva. Numa sociedade em que a imagem está cada vez mais cimentada no quotidiano e ocupa uma posição cada vez mais central, é necessário que o profissional de informação possua as competências adequadas para lidar com os novos tipos e formas de registar e transmitir informação. Neste sentido, a formação e conhecimento nos referidos aspectos são cruciais para a integração e posterior aceitação da fotografia enquanto documento de arquivo tão importante e válido quanto a documentação textual, dita a tradicional.

No que se refere à descrição da documentação fotográfica em questão, considera-se que, no caso concreto apresentado, o facto da base de dados ter sido criada especialmente para este tipo de documentação acaba por abranger os campos

considerados cruciais e necessários, campos estes baseados na ISAD(G) e nas ODA, mas também no SEPIADES.

Não obstante, como referido anteriormente, este aspecto faz com que a documentação fotográfica seja alvo de uma descrição isolada o que pode provocar consequências na forma como a mesma é considerada enquanto todo e na forma como a sua informação é, ou não disponibilizada. Estes devem ser tidos em conta e por isso um estudo sobre o perfil dos utilizadores do AHU deve ser realizado regularmente pois além de possibilitar verificar quais documentos e respectivas temáticas que são mais requisitadas, é vantajoso para a instituição permitindo-lhe ajustar as suas estratégias e serviços de modo a agradar os mesmos.

Este relatório foi palco de reflexões sobre a fotografia enquanto documento merecedor da atenção por parte do meio arquivístico, tão essencial para perceber as actividades desempenhadas e funções creditadas aos órgãos associados à produção de conhecimento científico e antropológico, nomeadamente durante o período colonial português.

Sendo este relatório o resultado de um estágio realizado numa instituição e documentação cuja identidade e actividade está associada aos arquivos ditos coloniais, reconhece-se o enorme potencial que a fotografia e o seu uso tem na descoberta e investigação dos mesmos, ao mesmo tempo que se fomenta o seu lugar no seio dos arquivos portugueses.

Concluiu-se evocando as carências identificadas durante o estágio realizado, nomeadamente a escassez de recursos financeiros e humanos, que consequentemente afectam as actividades realizadas bem como o volume da documentação que é, ou não tratado, em que a fotografia se incluiu, acabando também por limitar o número de imagens que são tratadas arquivisticamente.

Neste sentido, sugere-se a colaboração entre as instituições arquivísticas e as instituições universitárias, dando origem a projectos compostos por equipas multidisciplinares, que através dos conhecimentos oferecidos por cada área e respectivo(s) profissionais, vão contribuir para uma melhor compreensão e consequentemente um tratamento mais eficaz da informação estudada. Exemplificando esta ideia recorre-se ao objecto de estudo apresentado neste relatório, cuja equipa de investigação e tratamento deveria incluir arquivistas, antropólogos, historiadores e

conservadores de fotografia, historiadores sobre a ciência e conhecimento em Portugal e historiadores sobre o período colonial, nomeadamente o colonialismo na Guiné.

Desta forma, promove-se a investigação e subsequentemente o tratamento da documentação que as instituições arquivísticas custodiam de modo a disponibilizar a informação e conhecimento que povoam os seus fundos e colecções. Importa salientar a importância das leituras e investigações sobre os diversos tipos de documentação, contextos de produção e os seus produtores, bem como as actividades e funções responsáveis pela criação da documentação.

Contudo, apesar das dificuldades financeiras e humanas observadas, o principal objectivo das instituições arquivísticas é tratar, disponibilizar e divulgar a informação e conhecimento presentes na documentação que custodiam, e no seguimento deste propósito, a forma como a documentação fotográfica foi e é tratada no AHU responde a esse objectivo.

BIBLIOGRAFIA

ALBERCH I FUGUERAS, Ramon - Ampliacion del uso social de los archivos. Estrategias y perspectivas. In Seminário Internacional de Arquivos de Tradição Ibérica. Rio de Janeiro: Associação Latino-Americana de Arquivos, 2000. [Consult. a 18 de Jun. 2014]. Disponível em: WWW <URL:http://www.conarq.arquivonacional.gov.br/Media/publicacoes/ibericas/ampliacin_del_uso_social_de_los_archivos.pdf>.

BARRADAS, Carlos - Poder ver, poder saber. A fotografia nos meandros do colonialismo e pós-colonialismo. *Arquivos da Memória* [em linha]. Nº5 e 6, (2009), p. 59-79. [Consult. 20 de Out. 2013]. Disponível em: WWW <URL:http://www.ces.uc.pt/myces/UserFiles/livros/268_Artigo_Carlos_Barradas_Final.pdf>.

BARTHES, Roland - *A câmara clara*. 13ª ed. Lisboa: Edições 70, 2010. ISBN 978-972-44-1349-5.

BENJAMIN, Walter - Pequena História da Fotografia. In *Sobre Arte, Técnica, Linguagem e Política*. Lisboa: Relógio d'Água, 1992. p. 115-135.

BENSON, Allen C. - The Archival Photograph and Its Meaning: Formalisms for Modeling Images. *Journal of Archival Organization* [em linha]. Nº 7, (2009), p. 148–187. [Consult. a 30 de Maio 2014]. Disponível em: WWW <URL: <http://www.ontophoto.org/Articles/BensonJAO.pdf>>.

BOADAS, Joan; CASELLAS, Lluís-Esteve; SUQUET, M. Angels – *Manual para la gestión de fondos y colecciones fotográficas*. Girona: CCG Ediciones, 2001. ISBN: 84-95483-11-4.

BOCCATO, Vera Regina Casari; FUJITA, Mariângela Spotti Lopes - Discutindo a análise documental de fotografias: uma síntese bibliográfica. *Cadernos de Biblioteconomia, Arquivística e Documentação – Cadernos BAD* [em linha]. Nº 002, (2006), p. 84-100. [Consult. a 16 de Jun. 2014]. Disponível em: WWW <URL: <http://www.bad.pt/publicacoes/index.php/cadernos/article/viewFile/794/793>>.

BURKE, Peter - Eyewitnessing the Uses of Images as Historical Evidence. Londres: Reaktion Books, 2008.ISBN 1 86189 092 3. Disponível em: WWW <URL: http://annasuvorova.files.wordpress.com/2012/08/burke-4_319.pdf>.

CANAS, Ana - Acesso à informação colonial: missão do AHU, exigência de cidadania, dimensão de Estado. In Congresso Nacional de Bibliotecários, Arquivistas e Documentalistas. Ponta Delgado: BAD, 2007.

_____ - O AHU e o IICT: Documentação, memória e história. In RODRIGUES, Miguel Jasmins (ed.) - *Futuro e História da Lusofonia Global*. Lisboa: Sociedade Histórica da Independência de Portugal, 2008. ISBN 978-972-672-977-8.

CANAS, Ana; CASANOVA, Conceição - Práticas e políticas arquivística e de conservação no AHU: passado e presente. In MARTINS, Ana Cristina; ALBINO, Teresa (coords.) - *Viagens e missões científicas nos trópicos:1883-2010*. Lisboa: Instituto de Investigação Científica Tropical, 2010. p. 175-181.

CARVALHO, Clara - O olhar colonial: antropologia e fotografia no Centro de Estudos da Guiné Portuguesa. In CARVALHO, Clara; CABRAL, João de Pina (eds.) - *A Persistência da história. Passado e contemporaneidade em África*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2004. ISBN 972-671-132-0. p. 119-145.

CASELLAS I SERRA, Lluís-Esteve - La gestión archivística de los fondos y colecciones fotográficas. In Jornadas Los archivos y el documento fotográfico: retos y

fundamentos. Las Palmas: 2005. Disponível em: WWW <URL: http://www.girona.cat/sgdap/docs/La_gestion_archivistica_de_los_fondos_y_colecciones_fotograficas.pdf>.

CASQUIÇO, Sónia - A fotografia nos centros de informação em Portugal. *Páginas A&B*. Nº 4, (2009).

CASTELO, Cláudia - Investigação científica e política colonial portuguesa: evolução e articulações, 1936-1974. *História, Ciências, Saúde - Manguinhos* [em linha]. Vol. 19, Nº 2, (2012), p. 209-241. [Consult. a 02 de Abril de 2014]. Disponível em: WWW <URL: <http://www.scielo.br/pdf/hcsm/v19n2/03.pdf>>.

COOK, Terry - What is Past is Prologue: A History of Archival Ideas Since 1898, and the Future Paradigm Shift. *Archivaria* [em linha]. Nº 43, (1997), p. 18-63. [Consult a 21 de Abril 2014]. Disponível em: WWW <URL: <file:///C:/Users/In%C3%AAs/Downloads/12175-13889-1-PB.pdf>>.

EDWARDS, Elizabeth; HART, Janice (eds.) - *Photographs objects histories: On the materiality of images*. Londres: Routledge, 2004. ISBN 0415254426.

EDWARDS, Elizabeth - Tracing Photography. In BANKS, Marcus; RUBY, Jay (eds.) - *Made to Be Seen: perspectives on the History of Visual Anthropology*. Chicago: University of Chicago Press, 2011, p. 159-189. Disponível em: WWW <URL: https://www.academia.edu/1965602/Tracing_Photography>.

EDWARDS, Elizabeth; MEAD, Matt - Absent Histories and Absent Images: Photographs, Museums and the Colonial Past. *Museum and Society* [em linha]. Nº 11, (2013), p. 19-38. [Consult. 21 de Abril 2014]. Disponível em: <http://www2.le.ac.uk/departments/museumstudies/museumsociety/documents/volumes/edwardsmead.pdf>>.

FARIA, Maria Isabel; PERICÃO, Maria da Graça - Dicionário do Livro - Da escrita ao livro electrónico. Lisboa: Almedina, 2008. ISBN 9789724034997.

FISCHER, Monique - A Short Guide to Film Base Photographic Materials: Identification, Care, and Duplication. In *Northeast Document Conservation Center - Preservation Leaflet*. Reino Unido: NEDCC, (2008). Disponível em: WWW <URL: http://www.nedcc.org/assets/media/documents/05PH_01FilmBaseGuide.pdf>.

GODINHO, Pedro - *Tratamento arquivístico de documentação da Direcção-Geral de Obras Públicas e Comunicação do extinto Ministério do Ultramar*. Lisboa: Universidade de Lisboa, Faculdade de Letras, 2011. (Relatório de estágio de mestrado). [Consult. 4 de Out. 2013]. Disponível em: WWW <URL: http://repositorio.ul.pt/bitstream/10451/6978/1/ulfl111679_tm.pdf>.

HANEY, Erin - *Photography and Africa*. Londres: Reaktion Books, 2010. ISBN 978-1-86189-382-6.

Instituto da Investigação Científica Tropical – *Da Comissão de Cartographia (1883) ao Instituto de Investigação Científica Tropical (1983) 100 anos de História*. Lisboa: IICT, 1983.

_____ - Arquivo Científico Tropical Digital Repository [em linha]. Lisboa: IICT, act. 2013. [Consult. 19 Out. 2013]. Disponível em: WWW <URL: <http://actd.iict.pt/>>.

_____ - *Plano de Actividades 2012*. Lisboa: IICT, 2012. [Consult. a 20 de Dez. 2013]. Disponível em: WWW <URL: http://www2.iict.pt/archive/doc/pa08_080516.pdf>.

_____ - *Plano de Actividades 2013*. Lisboa: IICT, 2013. [Consult. a 20 de Dez. 2013]. Disponível em: WWW <URL: http://www2.iict.pt/archive/doc/pa08_080516.pdf>.

KAPLAN, Elisabeth; MIFFLIN, Jeffrey - "Mind and Sight": Visual Literacy and the Archivist. *Archival Issues*[em linha]. Vol. 21, Nº 2, (1996), p. 107-127. [Consult. 15 de Maio 2014]. Disponível em: WWW <URL: http://conservancy.umn.edu/bitstream/11299/46590/1/kaplan_mifflin_mind_sight.pdf>.

LACERDA, Aline Lopes de - A fotografia nos arquivos: produção e sentido de documentos visuais. *História, Ciências, Saúde - Manguinhos* [em linha], Vol. 19, Nº 1, (2012), p. 283-302. [Consult. 21 de Abril 2014]. Disponível em: WWW <URL: <http://www.scielo.br/pdf/hcsm/v19n1/15.pdf>>.

LANDAU, Paul S. - Empires of the Visual: Photography and Colonial Administration in Africa. In LANDAU, Paul S. e KASPIN, Deborah (eds.) - *Images and Empires. Visuality in Colonial and Post Colonial Africa*. Berkeley: University of California Press, 2002. ISBN 9780520229495.

LARA LÓPEZ, Emilio Luiz - La fotografía como documento histórico-artístico y etnográfico: una epistemología. *Revista de Antropología Experimental* [em linha]. Nº 5, (2005), p. 1-28. [Consult. a 14 de Jun. 2014]. Disponível em: WWW <URL: <http://www.ujaen.es/huesped/rae/articulos2005/lara2005.pdf>>.

LOPEZ, André Porto Ancona - O contexto arquivístico como directriz para a gestão documental de materiais fotográficos de arquivo. In VII Congreso de Archivología del Mercosur. Santiago, (2007). Disponível em: WWW <URL:http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/303/1/ARTIGO_contexto_%20arquiv%C3%ADstico_diretriz.pdf>.

_____ - Photographic document as image archival document. In 8th Conference on Technical and Filed Related Problems of Traditional and Electronic Archiving. Eslovénia: Pokrajinski Archiv Maribor, 2009. Disponível em: WWW <URL:http://eprints.rclis.org/12846/3/Photographic_document_as_image_archival_document-text-2.pdf>.

MARTINS, Ana Cristina - (Re)conhecer para ocupar. Ocupar para (re)conhecer. *A colonização científica do além-mar*. In MARTINS, Ana Cristina; ALBINO, Teresa (coords.) - *Viagens e missões científicas nos trópicos: 1883-2010*. Lisboa: IICT, 2010. p. 26-34.

MARTINS, Ana Cristina – A Missão Antropológica e Etnológica da Guiné (1946-1947) entre o sagrado e o profano. In Instituto de Investigação Científica e Tropical – *África reencontrada: o ritual e o sagrado em duas colecções públicas portuguesas*. Lisboa: IICT, 2014. p. 20-23.

MATEUS, Amílcar - *Relatório da actividade da Missão Antropológica e Etnológica da Guiné durante o ano de 1946*. Lisboa: Junta de Investigações Coloniais, 1946.

_____ - *Relatório da actividade da Missão Antropológica e Etnológica da Guiné durante o ano de 1947*. Lisboa: Junta de Investigações Coloniais, 1947.

_____ - *Relatório da actividade da Missão Antropológica e Etnológica da Guiné durante o ano de 1948*. Lisboa: Junta de Investigações Coloniais, 1948.

_____ - *Relatório da actividade da Missão Antropológica e Etnológica da Guiné durante o ano de 1949*. Lisboa: Junta de Investigações Coloniais, 1949.

_____ - *Relatório da actividade da Missão Antropológica e Etnológica da Guiné durante o ano de 1950*. Lisboa: Junta de Investigações Coloniais, 1950.

_____ - *Relatório da actividade da Missão Antropológica e Etnológica da Guiné durante o ano de 1951*. Lisboa: Junta de Investigações Coloniais, 1951.

MATEUS, Catarina - Campos da Base de Dados AHU_BD. In Instituto de Investigação Científica e Tropical - *Arquivo Científico Tropical - Conservação de Fotografia*. Lisboa: IICT, 2012.

MELLO, Maria Teresa Villela Bandeira de - Arquivos fotográficos como artefatos culturais. In XXVII Simpósio Nacional de História: conhecimento histórico e diálogo social. Natal: Anpuh Brasil - Associação Nacional de História, 2013. Disponível em: WWW <URL: http://www.snh2013.anpuh.org/resources/anais/27/1371351131_ARQUIVO_textofinalMariaTeresaVillelaBandeiradeMello.pdf>.

MENESES, Ulpiano Bezerra de - Fontes visuais, cultura visual, história visual: balanço provisório, propostas cautelares. *Revista Brasileira de História* [em linha]. Vol. 23, Nº 45, (2003), p. 11-36. [Consult. a 21 Abril 2014]. Disponível em: WWW <URL: <http://www.scielo.br/pdf/rbh/v23n45/16519.pdf>>.

NUNES, Maria de Fátima - Arqueologia de uma prática científica em Portugal - uma história da fotografia. *Revista da Faculdade de Letras: História*. [em linha]. Vol. 6, (2005), p. 169-183. [Consult. a 04 de Dez. 2013]. Disponível em: WWW <URL: <http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/3382.pdf>>.

PALMA, Teresa - *O fundo Dom António Ribeiro, 15º cardeal-patriarca de Lisboa: contributo para uma metodologia de descrição da documentação fotográfica*. [em linha]. Lisboa: FCSH - UNL, 2012. (Relatório de estágio de mestrado). Disponível em: WWW <URL: <http://apalopez.info/GPAF/Palma.pdf>>.

PAVÃO, Luís - Conservação de fotografia: o essencial. *Páginas a&b: arquivos e bibliotecas* [em linha]. Nº1, (1997), p. 155-165. [Consult. a 14 de Maio 2014]. Disponível em: WWW <URL: http://documenta_pdf.jmir.dyndns.org/Conserv_fotografia.pdf>.

PAVEZI, Neiva; FLORES, Daniel; BLAYA PEREZ, Carlos - Proposição de um conjunto de metadados para descrição de arquivos fotográficos considerando a Nobrade e a Sepiades. *Transinformação* [em linha]. Vol. 21, Nº 3, (2009), p. 197-205. [Consult. 17 de Jan. 2014]. Disponível em: WWW <URL: <http://www.brapci.ufpr.br/documento.php?dd0=0000008862&dd1=89a0c>>.

PEREIRA, Rui - Raça, Sangue e Robustez. Os paradigmas da Antropologia Física colonial portuguesa. *Cadernos de Estudos Africanos* [em linha]. Nº 7-8, (2005), p. 209-241. [Consult. a 02 de Abril de 2014]. Disponível em: WWW <URL: <http://www.redalyc.org/pdf/2930/293029097009.pdf>>.

POLONI, Rita - A Ciência Vivida: A Arqueologia e as Missões Antropológicas do oficial à prática. In Colóquio Timor: Missões Científicas e Antropologia Colonial. Lisboa: Arquivo Histórico Ultramarino, 2011, p. 1-7. Disponível em: WWW <URL:http://www.historyanthropologytimor.org/wp-content/uploads/2012/01/17-POLONI_Rita.pdf>.

_____ - Fragmentos do Império: Um Vislumbre sobre a Arqueologia Ultramarina na Missão Antropológica da Guiné. In Colóquio Internacional Cabo Verde e Guiné-Bissau: Percursos do Saber e da Ciência. Lisboa: Instituto de Investigação Científica Tropical e Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas da Universidade Técnica de Lisboa, 2012. Disponível em: WWW <URL: <http://coloquiocvbg.files.wordpress.com/2013/06/p06c01-rita-poloni.pdf>>.

RODRIGUES, Maria da Conceição - Um olhar sobre os primórdios da Instituição que antecedeu o actual IICT. *Blogue de História Lusófona (bHL)* [em linha]. Lisboa: IICT,

2007. Disponível em: WWW
<URL:<http://www2.iict.pt/index.php?idc=102&idi=13712>>.

ROQUE, Ana Cristina; MARQUES, Vítor Rosado - A Missão Antropológica de Timor no contexto das Missões Científicas Portuguesas. In MARTINS, Ana Cristina; ALBINO, Teresa (coords.) - *Viagens e missões científicas nos trópicos:1883-2010*. Lisboa: Instituto de Investigação Científica Tropical, 2010. p. 73-77.

ROQUE, Ricardo, A Antropologia Colonial Portuguesa (c. 1911-1950). In CURTO, Diogo Ramada - *Estudos de Sociologia da Leitura em Portugal em Portugal no séc. XX*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian. 2006. p. 789-822. ISBN 972-31-1124-1. Disponível em: WWW
<https://www.academia.edu/1937139/A_antropologia_colonial_portuguesa_c._1911-1950>.

ROSSEAU, Jean-Yves; COUTURE, Carol - *Os Fundamentos da Disciplina Arquivística*. Lisboa: Dom Quixote, 1998. ISBN 972-20-1428-5.

SÁNCHEZ VIGIL, Juan - La fotografía como documento en el siglo XXI. *Documentación de las Ciencias de la Información* [em linha]. N°24, (2001), p. 255-267. [Consult. 05 de Out. 2013]. Disponível em: WWW
<URL:<http://revistas.ucm.es/index.php/DCIN/article/view/DCIN0101110255A/19547>>.

_____ - *El documento fotográfico : historia, usos y aplicaciones*. Asturias: Trea, 2006. ISBN 84-9704-223-9.

SASSON, Joanna - Photographic Meaning in the Age of Digital Reproduction. *Archives & Social Studies: A Journal of Interdisciplinary Research* [em linha]. Vol. 1, N° 0, (2007), p. 299-319. [Consult. a 21 de Abril 2014]. Disponível em: WWW <URL:

http://archivo.cartagena.es/files/36-172-DOC_FICHERO1/14sassoon_photographic.pdf>.

SCHWARTZ, Joan - "We make our tools and our tools make us": Lessons from Photographs for the Practice, Politics, and Poetics of Diplomats. *Archivaria* [em linha]. Nº 40, (1995), p. 40-74. [Consult. 21 de Abril 2014]. Disponível em: WWW <URL:<http://journals.sfu.ca/archivar/index.php/archivaria/article/viewfile/12096/13082>>.

_____ - Coming to Terms with Photographs: Descriptive Standards, Linguistic "Othering," and the Margins of Archivry. *Archivaria* [em linha]. Nº 1, (2002), p. 142-171. [Consult. 28 de Maio 2014]. Disponível em: WWW <URL:<http://journals.sfu.ca/archivar/index.php/archivaria/article/view/12861/14092>>.

_____ - *Un beau souvenir du Canada: object, image, symbolic space*. In EDWARDS, Elizabeth; HART, Janice (eds.) - *Photographs objects histories: On the materiality of images*. Londres: Routledge, 2004. p. 16-31. ISBN 0415254426.

Society of American Archivist - Society of American Archivist [em linha]. E.U.A.: SAA, act. 2014. [Consult. 30 de Jul. 2014]. Disponível em: WWW <URL: <http://www2.archivists.org/glossary>>.

SOUGEZ, Marie-Loup - *História da fotografia*. Lisboa: Dinalivro, 2001. ISBN 9789725762189.

STOLER, Ann Laura - Colonial Archives and the Arts of Governance. *Archival Science*. [em linha]. Vol. 2, (2002), p. 87-109. [Consult. 03 de Nov. 2013]. Disponível em: WWW <URL: http://deepblue.lib.umich.edu/bitstream/handle/2027.42/41825/10502_2004_Article_5096461.pdf?sequence=1>.

VALLE GASTAMINZA, Félix del - Dimensión documental de la fotografía. In Congreso Internacional sobre Imágenes e Investigación Social. México: Instituto de Investigaciones Dr. José María Luis Mora, 2005. Disponível em: WWW <URL: <http://pendientedemigracion.ucm.es/info/multidoc/prof/fvalle/Confemex.htm>>.

VICENTE, Filipa Lowndes - Fotografia e colonialismo: para lá do visível. In JERÓNIMO, Miguel Bandeira - *O Império Colonial em questão (Sécs. XIX-XX). Poderes, saberes e instituições*. Lisboa: Edições 70, 2013. p. 423-454. ISBN 9789724417233.

WAGNER, Sarah - Cold Storage Options: Costs and Implementation Issues. In Andrew W. Mellon Foundation - *Museums and Art Conservation Program*. E.U.A.: AWMF, 2005. Disponível em: WWW <URL: <http://mac.mellon.org/issues-in-conservation-documentation/ColdStorCostsCORRFinal.pdf>>.

WILLIAMS, R. SCOTT - The Diphenylamine Spot Test for Cellulose Nitrate. In *MuseumObjects. CanadianConservationInstitute (CCI) Notes* [em linha]. Nº 17, (1994). Disponível em: WWW <URL: http://www.cci-icc.gc.ca/resources-ressources/ccinotesicc/17-2_e.pdf>.

NORMAS E ORIENTAÇÕES

Conselho Internacional de Arquivos; Grupo de trabalho para a normaçaõ da descrição em arquivo (trad.) - ISAD(G): Norma geral internacional de descrição arquivística: adoptada pelo Comité de Normas de Descrição. Estocolmo: Suécia, (1999). Lisboa: Instituto dos Arquivos Nacionais/Torre do Tombo, (2002). Disponível em: WWW <URL: http://www.adporto.pt/ficheiros_a_descarregar/isad_g.pdf>.

Conselho Internacional de Arquivo - Princípios de Acesso aos Arquivos. 2011. [Consult.a 12 de Out. 2013]. Disponível em: WWW <URL:<http://www.ica.org/download.php?id=2725>>.

Direcção Geral de Arquivos. Grupo de trabalho para a normação da descrição em arquivo - Orientações para a descrição arquivística [Em linha]. 2ª versão. Lisboa: DGARQ, 2011. [Consult. 8 Dez. 2013]. Disponível em: WWW <URL:<http://arquivos.dglab.gov.pt/wp-content/uploads/sites/16/2013/10/oda1-2-3.pdf>>.

Direcção Geral de Arquivos/Centro Português de Fotografia - Guia de fundos e colecções fotográficas 07. Lisboa: Centro Português de Fotografia, 2007. [Consult. 8 Dez. 2013]. Disponível em: WWW <URL:http://documenta_pdf.jmir.dyndns.org/foto-guia.pdf>.

KLIJN, Edwin - SEPIADES. Recommendations for cataloguing photographic collections. Amesterdão: European Comission on Preservation and Access, 2004. [Consult. 8 Dez. 2013]. Disponível em: WWW <URL:file:///C:/Users/In%C3%AAs/Downloads/WG_2003_PAAG_SEPIADES-Cataloguing-photographic-collections_EN.pdf>.

NP 3715. 1989, Documentação - *Método para análise de documentos, determinação do seu conteúdo e selecção de termos de indexação*. Lisboa: Instituto de Português da Qualidade. Disponível em: WWW <URL:<http://ancacid.yolasite.com/resources/NP3715.pdf>>.

NP 405-1. 1994, Informação e Documentação - *Referências bibliográficas. Parte 1*. Lisboa: Instituto de Português da Qualidade. Disponível em: WWW <URL:<http://www.fd.unl.pt/anexos/4141.pdf>>.

LEGISLAÇÃO

Decreto nº 19 868. D.R. I Série. 133 (1931-06-09). Disponível em: WWW <URL:<http://dre.pt/pdf1sdip/1931/06/13300/10801081.pdf>>.

Decreto nº. 26 180. D.R. I Série. 5 (1936-01-07). [Consult. a 06 de Jun. 2014]. Disponível em: WWW <URL: <http://dre.pt/pdf1sdip/1936/01/00500/00090036.pdf>>.

Decreto-Lei nº. 34 478. D.R. I Série. 70 (1945-04-03). [Consult. a 31 de Out. 2013]. Disponível em: WWW <URL: <http://dre.pt/pdf1sdip/1945/04/07000/02220223.pdf>>.

Decreto-Lei nº 35 395. D.R. I Série. 287 (1945-12-26). [Consult. a 27 de Jun. 2014]. Disponível em: WWW <URL: <http://dre.pt/pdf1sdip/1945/12/28700/11971202.pdf>>.

Portaria nº. 11 263. D.R. I Série. 28 (1946-02-08). [Consult. a 06 de Jun. 2014]. Disponível em: WWW <URL: <http://dre.pt/pdf1sdip/1946/02/02800/00900091.pdf>>.

Portaria nº 13 625. D.R. I Série. 160 (1951-07-31). Disponível em: WWW <URL: <http://dre.pt/pdf1sdip/1951/07/16000/06400640.pdf>>.

Portaria nº. 19 210. D.R. I Série. 123 (1963-05-30). [Consult. a 17 de Mar. 2014]. Disponível em: WWW <URL: <http://dre.pt/pdf1sdip/1962/05/12300/07730773.pdf>>.

Decreto-Lei nº 155/2007. D.R. I Série. 82 (2007-04-27). Disponível em: WWW <URL: <http://dre.pt/pdf1sdip/2007/04/08200/27552759.pdf>>.

Decreto-Lei nº 86-A/2011. D.R. I Série. 132. Suplemento (2011-07-12). Disponível em: WWW <URL: <http://dre.pt/pdf1sdip/2011/07/13201/0000200007.pdf>>.

Diário da República Eletrónico - *Diário da República Eletrónico* [em linha]. Lisboa: DIGESTO, act. 2013. [Consult. a 10 de Nov. 2013]. Disponível em. WWW <URL: <http://www.dre.pt/index.html>>.

Apêndice I - Documentação textual

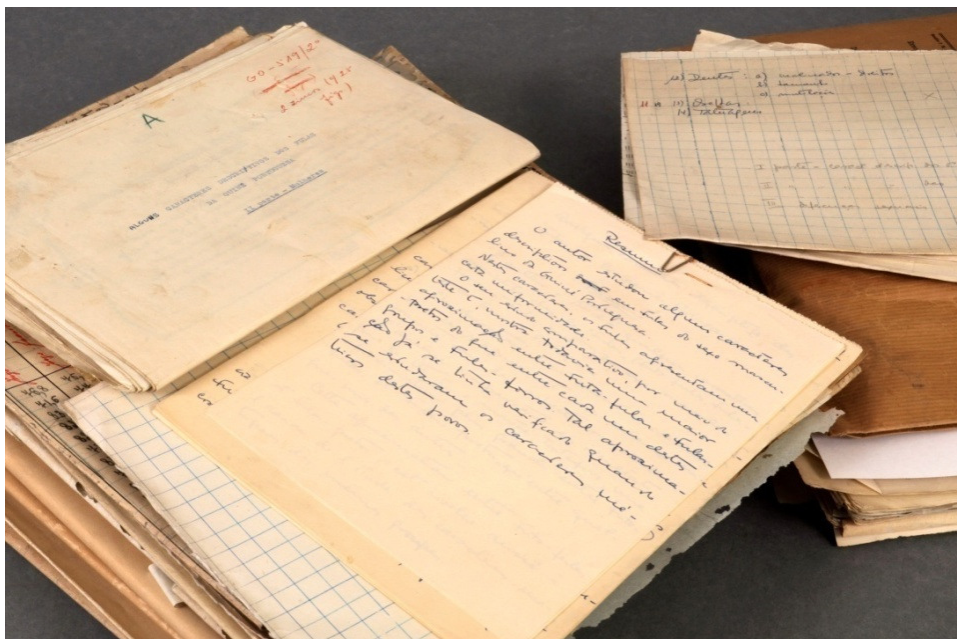


Figura 1: Documentação textual (Copyright: C. Mateus/IICT)



Figura 2: Relatórios referentes às duas campanhas da MAEG (Copyright: I. Moreira)



Figura 3: Dossiers das fichas antropométricas (Copyright: I. Moreira)

Apêndice II - Documentação fotográfica



Figura 4: Cartões cliché da MAEG (Copyright: C. Mateus/IICT)



Figura 5: Envelopes das provas ampliadas (Copyright: C. Mateus/IICT)



Figura 6: Envelopes dos negativos (Copyright: C. Mateus/IICT)

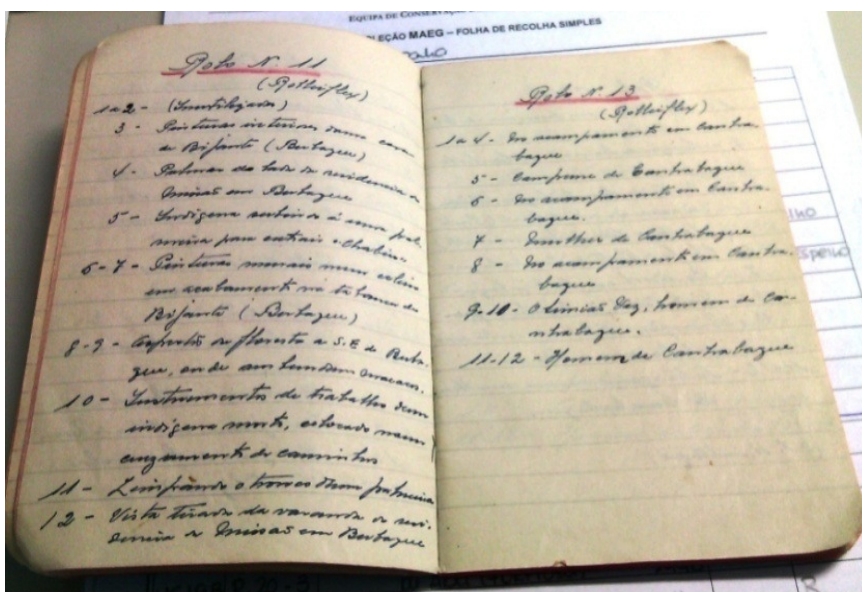


Figura 7: Livro de registos (Copyright: I. Moreira)

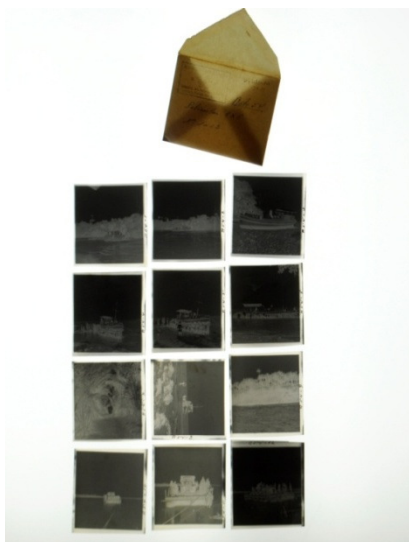


Figura 8: Negativos de nitrato de celulose (Copyright: C. Mateus/IICT)



Figura 9: Correspondência entre negativo e respectiva prova (Copyright: C. Mateus/IICT)

Apêndice III - Correspondência entre a documentação fotográfica e a documentação textual (fichas antropométricas)



Figura 10: Cartões cliché MAEG (Copyright: C. Mateus/IICT)

Figura 11: Ficha antropométrica (Copyright: C. Mateus/IICT)



Figura 12: Vida na missão (membros da MAEG a efectuarem medições)

Apêndice IV - Identificação, higienização e acondicionamento

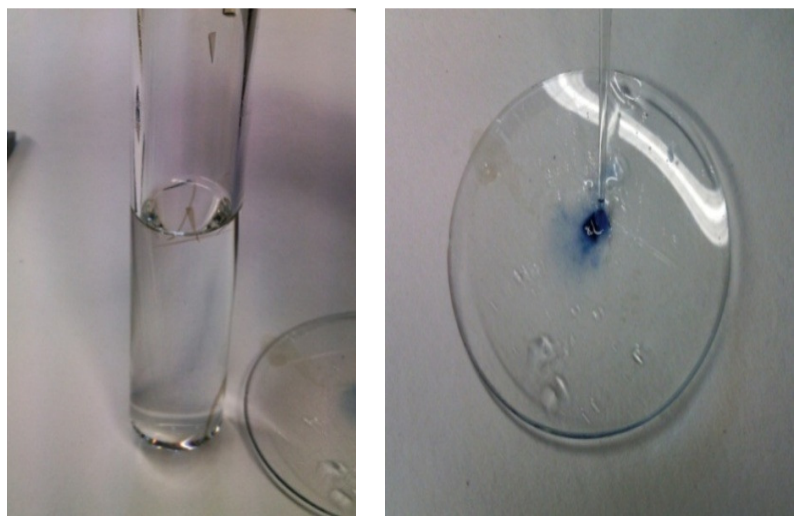


Figura 13: Teste de flutuação e teste de difenilamina (Copyright: I. Moreira)



Figura 14: Envelopes originais dos negativos (Copyright: C. Mateus/IICT)



Figura 15: Higienização dos negativos (Copyright: C. Mateus/IICT)



Figura 16: Acondicionamento dos negativos (Copyright: C. Mateus/IICT)



Figura 17/1: Primeira etapa do congelamento dos negativos (Copyright: C. Mateus/IICT)

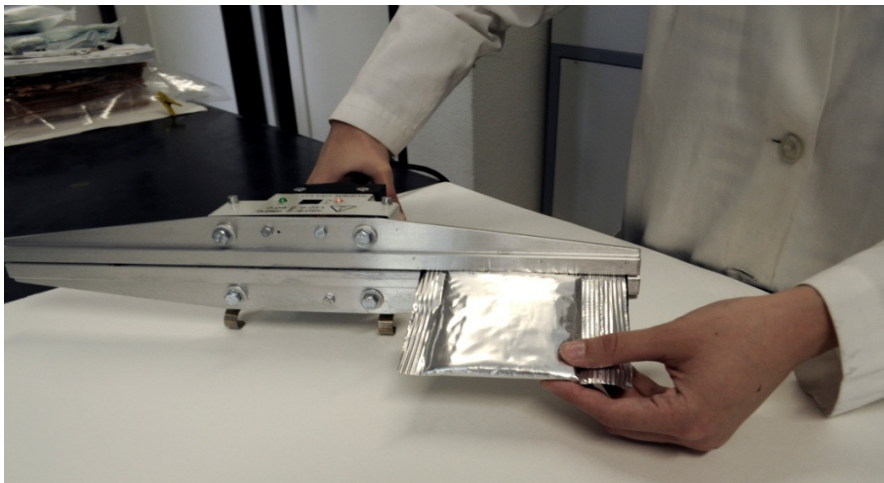


Figura 17/2: Segunda etapa do congelamento dos negativos (Copyright: C. Mateus/IICT)



Figura 17/3: Terceira etapa do congelamento dos negativos (Copyright: C. Mateus/IICT)



Figura 17/4: Quarta etapa do congelamento dos negativos (Copyright: C. Mateus/IICT)



Figura 17/5: Quinta etapa do congelamento dos negativos (Copyright: C. Mateus/IICT)

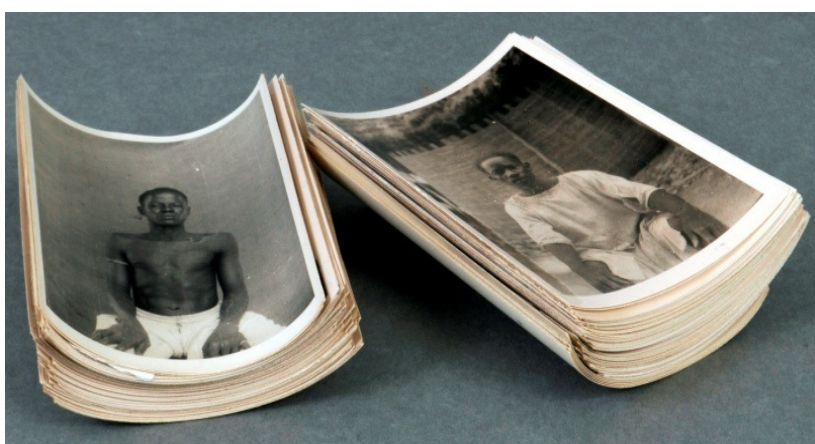


Figura 18: Curvatura das provas (Copyright: C. Mateus/IICT)



Figura 19: Envelopes originais das provas (Copyright: C. Mateus/IICT)



Figura 20: Higienização das provas (Copyright: C. Mateus/IICT)



Figura 21: Acondicionamento das provas (Copyright: C. Mateus/IICT)



Figura 22: Acondicionamento das provas (Copyright: I. Moreira)



Figura 23: Curvatura dos cartões (Copyright: C. Mateus/IICT)



Figura 24: Higienização dos cartões cliché (Copyright: C. Mateus/IICT)



Figura 25: Acondicionamento dos cartões cliché (Copyright: C. Mateus/IICT)



Figura 26: Acondicionamento dos cartões cliché (Copyright: C. Mateus/IICT)



Figura 27: Acondicionamento dos cartões cliché (Copyright: C. Mateus/IICT)

Apêndice V - Descrição

Cota	Nº original	Nº digital	Legenda	Data	Observações
MAEG/NC 0147	R. 15 -1		Arquipélago dos Bijagós pintura mural duma casa em In-Orei (Canhabaque) 1946		R (espelho de prata)
MAEG/PE 0147	R.15 -1		Arquipélago dos Bijagós pintura mural duma casa em In-Orei (Canhabaque) 1946		R

Tabela 1 - Campos preenchidos numa primeira fase da descrição

Campos	Definição
Código de referência	Identifica univocamente a colecção em questão, bem como o código do país e o código da entidade produtora.
Sigla	Refere-se à sigla correspondente ao nome da colecção.
Nível de descrição	Consiste na posição hierárquica da documentação a tratar. Neste caso, bem como a partir de uma perspectiva geral da documentação fotográfica, foi previamente definido que estas fotografias constituíam uma colecção.
Colecção	Nome atribuído ao conjunto de fotografias que formam a colecção.
Proveniência	A origem da documentação em questão, seja a mesma uma entidade individual e/ou colectiva, pública e/ou privada, que produziram, acumularam, conservaram e utilizaram no decurso

	das suas actividades.
Detenção	Entidade que detém e/ou custodia a documentação.
Âmbito e conteúdo	Campo destinado a informação sobre o contexto de produção, bem como o conteúdo que as fotografias oferecem, referindo temáticas, locais e autorias.
Dimensão e suporte	Identificação da quantidade e volume da documentação constituinte da colecção, bem como o seu suporte.
História custodial	Informação referente ao percurso físico e custodial, ou seja os locais/instalações onde foi conservada e preservadas, que a documentação efectuou até ao momento do tratamento.
Datas	Data(s) balizadas das fotografias.
Organização	Descrição da organização original e actual das fotografias
Condições de acesso	Condições a respeitar mediante a solicitação de aceder por parte do público (acessibilidade livre, condicionada ou inacessível).
Condições de reprodução	Condições a respeitar mediante a solicitação de reprodução por parte do público.
Data de descrição	Data em que a descrição e inserção dos dados na base dados foi efectivamente realizada.

Tabela 2 - Campos preenchidos ao nível da colecção

Campos	Definição
Documento	Título específico atribuído a uma unidade de fotografias reunidas ou criadas pelo próprio produtor ou agrupadas durante o processo de organização porque se referem a um mesmo tema, actividade ou procedimento e tenham o mesmo contexto de produção, autoria e data. Deve ser relativamente curto e bastante

	objectivo. Cada documento pode ter uma ou várias imagens. O título deve partir do geral para o particular. ¹⁴¹
Número do documento	Este número corresponde ao documento específico e é atribuído automaticamente pela base de dados, de forma sequencial.
Sigla	Refere-se à sigla correspondente ao nome da colecção.
Autor	Autoria das imagens originais. Salienta-se que, no objecto de estudo deste relatório, não há menção da existência de um fotógrafo durante esta missão e que existem fotografias dos três membros da missão sugerindo que as mesmas foram tiradas por terceiros. Assim, na impossibilidade de averiguar quem de facto capturou as imagens considerou-se o chefe da missão o autor da documentação fotográfica em questão.
Data	Corresponde à data de produção da documentação em questão ¹⁴² .
Local de produção	Refere-se ao local físico em que as fotografias foram capturadas, sendo neste caso a Guiné.
Observações	Qualquer informação que possa ser pertinente acrescentar.

Tabela 3 - Campos preenchidos ao nível do documento

Campos	Definição
Título	Título específico da imagem. Descreve a imagem de forma sucinta e objectiva. Se a legenda original tiver um português

¹⁴¹ Definição apresentada no documento Campos da Base de Dados AHU_BD do IICT, especificamente do Arquivo Científico Tropical - Conservação de Fotografia, fornecido pela Dr^a. Catarina Mateus.

¹⁴² Uma vez que o tratamento efectuado dirigiu-se exclusivamente para a 1^a Campanha, a data de produção é 1946.

	desactualizado, deverá ser colocada a actualização entre parêntesis rectos ¹⁴³ .
Número da imagem	Número individual sequencial atribuído, automaticamente, a cada fotografia individual.
Data	Data específica da realização da imagem. Na situação de dúvida, colocar a mesma entre parêntesis rectos.
Documento	Relação entre o nível 2 e o nível 3. Identifica a pertença da fotografia ao documento em questão.
Relacionados	Documentos que possam estar relacionados com a referida imagem mas que se encontrem noutra colecção ou noutra proveniência ¹⁴⁴ . Uma vez que neste caso tal não acontece, este campo não foi preenchido.
Local	Local ou locais onde foram realizadas as imagens.
Número digital	Número de imagem digitalizada.
Observações	Qualquer informação que possa ser pertinente acrescentar. Neste campo foram contempladas informações como a marca da câmara utilizada na captura da imagem em questão, bem como se a fotografia em questão estava associada ao relatório que corresponde à 1ª Campanha, ou se apresentava carimbo do estúdio de revelação no verso.

Tabela 4 - Campos preenchidos ao nível da fotografia/documento simples

¹⁴³ Definição apresentada no documento Campos da Base de Dados AHU_BD do IICT, especificamente do Arquivo Científico Tropical - Conservação de Fotografia, fornecido pela Drª. Catarina Mateus.

¹⁴⁴ Definição apresentada no documento Campos da Base de Dados AHU_BD do IICT, especificamente do Arquivo Científico Tropical - Conservação de Fotografia, fornecido pela Drª. Catarina Mateus.

Campos	Definição
Cota	O sistema de cotas utilizado é constituído pela sigla da colecção onde se insere, o tipo de espécie, formato e o número sequencial dentro deste grupo.
Número antigo	Refere-se à possibilidade da documentação fotográfico apresentar um número de identificação anterior ao tratamento em questão.
Tradição	01 Prova original 02 Prova duplicada 03 Negativo original 04 Negativo de cópia 05 Interpositivo
Processo fotográfico	Identifica a espécie fotográfica consoante os processos técnicos conhecidos da história da fotografia, normalizados a partir de uma tabela. ¹⁴⁵ .
Formato	Descrição do formato da espécie fotográfica. Utiliza-se um campo em tabela com formatos normalizados em fotografia ¹⁴⁶ .
Observações	Qualquer informação que possa ser pertinente acrescentar.

Tabela 5 - Campos preenchidos sobre a descrição física da(s) espécie(s) fotográfica(s)

Campos	Definição
Técnico	Pessoa que efectuou o registo na base de dados.
Tratamento	Descrição do tratamento de conservação realizado à espécie

¹⁴⁵ Definição apresentada no documento Campos da Base de Dados AHU_BD do IICT, especificamente do Arquivo Científico Tropical - Conservação de Fotografia, fornecido pela Dr^a. Catarina Mateus.

¹⁴⁶ Definição apresentada no documento Campos da Base de Dados AHU_BD do IICT, especificamente do Arquivo Científico Tropical - Conservação de Fotografia, fornecido pela Dr^a. Catarina Mateus.

efectuado	fotográfica. normalizada a partir de uma tabela. ¹⁴⁷ .
Avaliação do estado de conservação	<p>Avaliação do estado de conservação de cada espécie baseada em cinco categorias:</p> <p>Muito bom</p> <p>Bom</p> <p>Razoável</p> <p>Deteriorado</p> <p>Muito deteriorado</p>
Tratamento efectuado	Tratamentos posteriores a serem efectuados na documentação fotográfica, normalizados a partir de uma tabela.
Descrição do estado de conservação	Descrição em forma de texto do estado de conservação de cada espécie.

Tabela 6 - Campos preenchidos sobre a conservação da(s) espécie(s) fotográfica(s)

¹⁴⁷ Definição apresentada no documento Campos da Base de Dados AHU_BD do IICT, especificamente do Arquivo Científico Tropical - Conservação de Fotografia, fornecido pela Dr^a. Catarina Mateus.

Apêndice VI - Digitalização

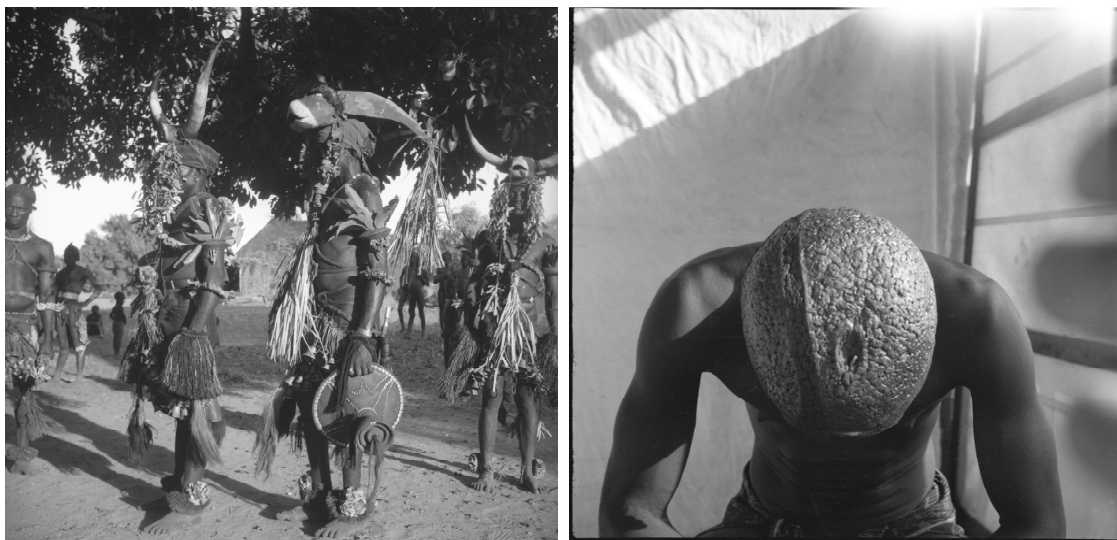


Figura 34 e Figura 35: Exemplos de negativos digitalizados

Apêndice VII - Proposta de organização intelectual da documentação da MAEG

FUNDO		Ministério do Ultramar (MU)
	SECÇÃO	Junta das Missões Geográficas e Investigações Científicas (JMGIC)
	SÉRIE	Missões Antropológicas
	SUB-SÉRIE	Missão Antropológica e Etnológica da Guiné (MAEG)
	SUB-SUB SÉRIE	Documentação textual
	SUB-SUB SÉRIE	Documentação fotográfica
	SUB-SUB SÉRIE	Objectos/Artefactos

Tabela 7 - Níveis de organização intelectual da documentação da MAEG